



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

EDUARDO ARAÚJO DOS SANTOS

**PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS PARA ALUNOS
COM AUTISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL II EM ESCOLAS
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VALENÇA DO PIAUÍ**

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

EDUARDO ARAÚJO DOS SANTOS

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS PARA ALUNOS COM
AUTISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL II EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE VALENÇA DO PIAUÍ

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença do
Piauí.

Prof.^a Esp. Lucivania Leite Rodrigues.

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Santos, Eduardo Araújo dos

S237p Práticas inclusivas no ensino de ciências naturais para alunos com autismo no ensino fundamental II em escolas públicas do município de Valença do Piauí / Eduardo Araújo dos Santos. - 2023.
62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença, 2023.

Orientadora : Profa Esp. Lucivania Leite Rodrigues.

1. Transtorno do espectro autista. 2. Metodologias integrativas. 3. Inclusão.
I. Título.

CDD - 570

Elaborado por José Edimar Lopes de Sousa Júnior CRB 3/1512

EDUARDO ARAÚJO DOS SANTOS

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS PARA ALUNOS COM
AUTISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL II EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE VALENÇA DO PIAUÍ

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença do
Piauí.

Prof^a. Esp. Lucivânia Leite Rodrigues

Aprovada em: 21/06/23.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Lucivânia Leite Rodrigues (orientador)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Ma. Rosane Carvalho Leite
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Ma. Darlane de Sousa Costa Caseiro
Avaliador Externo

DEDICATÓRIA

Dedico a toda a minha família e amigos, especialmente a minha base maior meu pais Maria Nelci e Antônio Frazão por sempre está comigo durante esse percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Maria Nelci e Antônio Frazão, que me deram apoio e incentivo em todos os obstáculos durante o percurso de graduação. A minha orientadora Lucivânia Leite Rodrigues, pois tenho imensa gratidão pelos meses, dias, horas e segundos de sua dedicação e paciência e por todos os conselhos e instruções. Dedico também a minha coorientadora Jossiane Soares Santos pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e encorajamento na escrita do TCC-I e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí Campus Valença, por me ofertar um ensino de qualidade durante esses anos.

“Quem ensina aprende ao ensinar.
E quem aprende ensina ao aprender ”.
- Paulo Freire

RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é caracterizado por ser um distúrbio da síndrome clínica que compromete tanto os aspectos cognitivos e físicos do indivíduo, e no meio social existem Leis como a Legislação criada por Berenice Piano que ampara os direitos das pessoas com autismo, onde vem tratar a seguir sobre qual o público que pode ser considerado autista e seus amplos sintomas. Nesse aspecto, o objetivo geral é investigar as ações pedagógicas dos professores de ciências naturais do ensino fundamental II do município de Valença do Piauí, e as possíveis dificuldades do aluno com autismo no processo de aprendizagem. A fundamentação teórica dessa pesquisa tem como embasamento autores e Leis como Baptista et al., (2002), Justino et al., (2021), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Marinho et al., (2009), Nunes et al., (2013), Sousa et al. (2004) entre outros autores. A presente pesquisa se constitui-se em descritiva e ação, uma vez que a pesquisa descritiva possibilita apresentar e descrever a realidade de um determinado objeto de estudo, em relação a abordagem da pesquisa permanece sendo de natureza qualitativa. Assim, espera-se que esta pesquisa, possa contribuir nesse direcionamento, de refletir sobre a inclusão do aluno com TEA e as possibilidades de traçar práticas adaptativas no ensino de ciências, levando em consideração as condições concretas de objetivação desse ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; Metodologias integrativas; Inclusão.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is characterized as a clinical syndrome disorder that compromises both the cognitive and physical aspects of the individual, and in the social environment there are laws such as the Legislation created by Berenice Piano that protects the rights of people with autism, where it comes next to deal with which public can be considered autistic and its broad symptoms. In this regard, the general objective is to investigate the pedagogical actions of natural science teachers in elementary school II in the municipality of Valença do Piauí, and the possible difficulties of students with autism in the learning process. The theoretical foundation of this research is based on authors and laws such as Baptista et al., (2002), Justino et al., (2021), Law of Guidelines and Bases of National Education (1996), Marinho et al., (2009) , Nunes et al., (2013), Sousa et al. (2004) among other authors. The present research is constituted in descriptive and action, since the descriptive research makes it possible to present and describe the reality of a determined object of study, in relation to the approach of the research remains of a qualitative nature. Thus, it is expected that this research can contribute in this direction, to reflect on the inclusion of students with ASD and the possibilities of outlining adaptive practices in science teaching, taking into account the concrete conditions of objectification of this teaching and learning.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Integrative methodologies; Inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Confecção dos Modelos lúdicos: Células eucariontes desenvolvidas por estudantes autistas das escolas públicas do município de Valença do Piauí.....	48
Figura 2- Modelo lúdicos: Células eucariontes desenvolvidas por estudantes autistas das escolas públicas do município de Valença do Piauí.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CID-10- Classificação Internacional de Doenças

IFPI- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí Campus Valença do Piauí

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP- Projeto Político Pedagógico

TCLE -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

U.E – Unidade Escolar

TEA- Transtorno do Espectro Autista

Sumário

1 INTRODUÇÃO	22
2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO AUTISMO NO MUNDO	15
2.1 A INCLUSÃO DO AUTISTA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	17
2.2 AS PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS.....	18
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 TIPO DE PESQUISA	20
3.2 PÚBLICO CENTRAL DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS.....	21
4 TABULAÇÃO DOS DADOS.....	21
4.1 ENTREVISTA DESTINADA AO CORPO DOCENTE SOBRE A APRENDIZAGEM INCLUSIVA DOS ALUNOS COM TEA NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS NATURAIS.	22
4.2 FORMAÇÃO ESPECÍFICA E GRAUS ACADÊMICOS	22
4.3 NÚMEROS DE ALUNOS COM AUTISMO QUE VOCÊ MINISTRA AULA	23
4.4 SÃO UTILIZADAS PRÁTICAS ADAPTATIVAS PARA OS ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS	25
4.5 CONTEMPLA AJUDA DE UM PROFESSOR AUXILIAR, OU O ALUNO COM TEA É ACOMPANHADO DE UM CUIDADOR NA SALA DE AULA, COMO ACONTECE.....	26
4.6 CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE EFICIÊNCIA PARA ESSE PÚBLICO-ALVO.....	28
4.7 O DOCENTE PERCEBE SE OS ALUNOS COM TEA SENTEM DIFICULDADES NA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS E EXTRACURRICULARES NÃO ADAPTADAS.....	29
4.8 AS ATIVIDADES INCLUSIVAS INFLUENCIAM NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA.....	30
4.9 AS ESCOLAS PÚBLICAS QUE VOCÊ MINISTRA AULA SE ENCONTRAM ADEQUADAS ESTRUTURALMENTE E PROFISSIONALMENTE PARA FORNECER UM ENSINO EFICIENTE PARA ESSE PÚBLICO-ALVO (AUTISTAS).....	32
4.10 PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA.....	32
4.11 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA VERSA ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA.....	34
4.12 A ESCOLA POSSUÍ SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, O ALUNO MATRICULADO NA SALA REGULAR ESTÁ MATRICULADO NO AEE, ELE	

FREQUENTA O AEE.....	36
4.13 COMO PROFESSOR VOCÊ POSSUI ALGUMA ESPECIALIZAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, MESTRADO OU PÓS-DOCTORADO NA ÁREA DAS CIÊNCIAS QUE CONTEMPLE O ENSINO DO ALUNO COM TEA	37
4.14 A ESCOLA QUE VOCÊ MINISTRA AULA OFERTA RECURSOS PEDAGÓGICOS QUE FACILITE O ENSINO DE HABILIDADES PARA O ALUNO COM AUTISMO	39
5 ENTREVISTA CORRELACIONADA AOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	40
5.1 QUAL A SUA FORMAÇÃO ESPECÍFICA E GRAUS ACADÊMICOS (GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO).....	40
5.2 NÚMEROS DE ALUNOS COM AUTISMO QUE VOCÊ REALIZA ATENDIMENTOS.....	41
5.3 A ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA SOLICITA ALGUMA COMPROVAÇÃO LEGAL DE QUE O ALUNO POSSUI UMA ESPECIFICIDADE COMO EXEMPLO O CASO DO AUTISMO.....	42
5.4 VOCÊ COMO PROFISSIONAL DO AEE AJUDA O PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS NA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS AULAS PARA OS DISCENTES COM AUTISMO.....	44
5.5 VOCÊ CONFECCIONA ALGUM TIPO DE RECURSO PARA TRABALHAR AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS COM AUTISMO, SE SIM, TEM AJUDA DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS NESSE PROCESSO DE CRIAÇÃO.....	45
5.6 A ESCOLA E A SALA DE ATENDIMENTO DOS ALUNOS COM ESPECIFICIDADES SE ENCONTRAM ADEQUADAMENTE BEM ESTRUTURADAS PARA RECEBÊ-LOS	46
6 CRIAÇÃO DE UM RECURSO PEDAGÓGICO PARA PROFESSORES DE ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO DOS DISCENTES COM TEA.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	51
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	54
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AO CORPO DOCENTE	58
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	61

1 INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista (TEA) é caracterizado por ser um distúrbio da síndrome clínica que compromete tanto os aspectos cognitivos e físicos do indivíduo, e no meio social existem Leis como a Legislação criada por Berenice Piano que ampara os direitos das pessoas com autismo, onde vem tratar a seguir sobre qual o público que pode ser considerado autista e seus amplos sintomas. Segundo a Lei de Berenice Piana 12.764/12, são considerados autistas pessoas com diagnóstico da síndrome clínica, caracterizada por várias especificidades como problemas na comunicação, comportamentos restritos, dificuldade na movimentação motora, interesses particulares por um determinado objeto ou área do conhecimento, problemas na interação social entre outras individualidades ocasionadas pelo TEA (BRASIL, 2012).

As práticas de ensino inclusivo voltados para os discentes com autismo é essencial para promover uma educação efetiva de acordo com a realidade do aluno. Mediante a referente pesquisa tem como participantes centrais professores de ciências naturais que ministram aulas para discentes com autismo especificamente em turmas do ensino fundamental II do município de Valença do Piauí, posto que estudar sobre as práticas de ensino e desempenhar habilidades educativas inclusivas podem ajudar a minimizar as barreiras enfrentadas no ensino e aprendizagem do discente com TEA como reduzir as dificuldades na execução de atividades teóricas e práticas, ampliar o saber do aluno no ensino de ciências naturais e desenvolver uma socialização mais efetiva do discente em sala de aula. (MAGALHÃES et al., 2017).

A educação especial, ainda é uma temática relativamente recente no contexto escolar, principalmente no ensino de crianças e jovens autistas, em que por vezes as escolas não estão preparadas para fornecer uma educação inclusiva de forma afetiva e cognitiva para esses educandos com TEA. Pesquisar sobre essa área do aprendizado (Educação e transtorno do espectro autista), é de fundamental transcendência para sabermos identificar os principais desafios enfrentados por esses alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem.

Diante desse contexto, o saber docente sobre o autismo no ensino de ciências é de fundamental importância para ser traçado metodologias que inclua o discente com TEA em sala de aula, visando fornecer para os educandos estratégias básicas para o seu ensino e aprendizagem. Por se tratar de uma disciplina específica do ensino fundamental II, se torna necessário os professores saberem trabalhar com os alunos aspectos físicos, biológicos e diversificados assuntos da área que os envolva de forma inclusiva.

Assim, a relevância da pesquisa ser elaborada é proporcionar a reflexão e promover recursos que ajudem os professores de ciências naturais na inclusão de alunos autistas no contexto escolar, através de estratégias de ensino que minimizem os desafios ocasionados pelo TEA, uma vez que a educação segundo o Art.205 da Constituição Federal (1988) “é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL,1988, Art. 2005).

A fundamentação teórica dessa pesquisa tem como embasamento autores e Leis como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) trazendo o artigo V como obrigatoriedade de inclusão da educação especial em escolas básicas, Baptista et. al (2002) onde vem abordar sobre a baixa incidência de conhecimento da sociedade sobre o autismo, Sousa et al. (2004) onde vem discorrer sobre a expansão do termo autista no meio social, Marinho et al. (2009) que vem apresentar o percurso de tempo correlacionado ao surgimento do autismo, Zabala (2010) no qual vem trazer referências sobre a prática do professor no ambiente escolar, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) onde em sua legislação visa apontar os amplos e direitos das pessoas com deficiência no meio social, no qual dentro dessa modalidade é inserida as pessoas com autismo, Magalhães et al. (2017) que visa apresentar a importância de inserir práticas de ensino inclusivo, entre outros que servirão como embasamento para campo metodológico.

Nesse aspecto, a problemática da pesquisa analisada foi questionar quais os possíveis desafios enfrentados por alunos com TEA na aprendizagem de atividades teóricas e práticas, e seus professores no ensino de ciências naturais? Assim as hipóteses referentes a pesquisa é (1) O Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas públicas não ampara a inclusão do aluno com TEA de acordo com o seu conhecimento prévio em sala de aula (2) Os professores de Ciências naturais não possuem uma formação especializada que auxilie o ensino-aprendizagem do aluno com TEA (3) Os professores de ciências naturais não trabalham as capacidades cognitivas e afetivas dos discentes com autismo em suas aulas.

Para responder a problemática acima, o objetivo geral foi investigar as ações pedagógicas dos professores de ciências naturais do ensino fundamental II do município de Valença do Piauí, e as possíveis dificuldades do aluno com autismo no processo de aprendizagem. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram elencados: (1) Analisar a participação dos professores na construção do Projeto Político Pedagógico nas escolas públicas do município de Valença do Piauí e como este documento ampara o aluno com TEA (2) Investigar como os professores de ciências naturais trabalham as capacidades cognitivas e afetivas do aluno com autismo em suas ações pedagógicas, de acordo com as suas

peculiaridades e dificuldades no ensino e aprendizagem (3) Conhecer a percepção dos professores de ciências naturais no seu processo de capacitação para promover uma educação inclusiva e de eficiência para alunos com autismo (4) Propor a criação de um recurso pedagógico para professores de alunos com autismo que possibilite o ensino de habilidades e estratégias básicas.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO AUTISMO NO MUNDO

No que tange o autismo e sua ascendência de acordo com Sousa et al.(2004);

O termo “autismo” é oriundo da palavra grega “autos” que significa “próprio” ou “de si mesmo”. O termo autista foi introduzido na literatura psiquiatra em 1906 por Plouller e, só em 1911, começou a ser difundido por Bleuler quando procurava referir-se ao quadro de esquizofrenia, no que concerne a limitação das relações humanas e com o mundo externo.

Nesse aspecto, o termo autismo em 1906 começou a ser expandido em literaturas associadas a áreas que estudavam os comportamentos humanos, e com o passar dos anos após pesquisadores examinarem sobre síndromes que traziam incapacidades comportamentais como a esquizofrenia, o termo passou a ser utilizado em amplos estudos que serão retratados a seguir que foram primordiais para os avanços de medicamentos, ampliação de conteúdos associados a temática e metodologias de ensino inclusivo entre outros aspectos (SOUSA et al., 2004).

O primeiro estudo associado especificamente ao autismo surgiu no ano de 1943 pelo pesquisador Leo Kanner, a sua análise de investigação se consistiu voltado para essa temática e foi de fundamental importância para o acréscimo de novas pesquisas e tecnologias na área, Kanner em seu estudo define que a individualidade de características como isolamento do indivíduo e o ampliamiento de normas de rotinas regradas de forma excessiva são considerados sintomas primordiais do autismo que é identificado dès dos seus primeiros meses de vida. Para a obtenção desse diagnostico, o pesquisador examinou diversas crianças que apresentavam os mesmos atributos coeso ao caso (MARINHO et al., 2009).

Um ano depois Asperger 1944 através de uma inspeção e estudo sobre comportamentos humanos identificou um possível distúrbio que acarretava problemas parecidos com a pesquisa de Kanner, o qual ele batizou de “Psicopatia autística”, as características associadas se resumia em problemas na comunicação, adversidade na socialização, falta de mobilidade física e desprovimento de compreensão em casos específicos, a sua teoria passou por amplos testes clínicos e cógnitos para os resultados.

Os referentes estudos de Leo Kanner e Asperger foi a chave crucial para a revolução de múltiplos estudos sobre o TEA (TAMANAH et al., 2008). Anos depois em 1952, foi publicado pela primeira vez um manual que fornecia um extenso conhecimento para a população sobre os tipos de transtornos e casos específicos, cujo era denominado “Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM)”, elaborado pela APA (Associação Americana de psiquiatria), o qual buscava caracterizar sintomas como o da esquizofrenia infantil que naquela época se expandia em uma proporção muito alta principalmente em crianças onde o autismo entrava como um subgrupo que constituía esse transtorno, porém o material publicado não era possível encontrar nenhuma referência inerente ao autismo associado a suas causas clínicas e características (ONZI et al., 2015).

Em relação a década de 1960, os estudos proporcionados por Leo Kanner se expandiu para outros pesquisadores, o qual era possível identificar características similares em crianças daquela época. Tal semelhança foi a base para a construção de uma associação chamada “*National Autistic Society*” localizada na Inglaterra nos anos de 1962, que tinha como base fazer um apanhado de estudos e investigações referente a área do autismo e transtornos mentais. Se torna válido frisar, que antigamente o autismo e suas discussões ainda eram pouco precisas tanto em seus diagnósticos clínicos e também aos seus possíveis sintomas (BAPTISTA et al., 2002).

Com o passar dos anos em 1978, Michael Rutter com a ampliação de diversas pesquisas caracterizou como “Distúrbio de desenvolvimento cognitivo” o autismo, e conforme a sua nova denominação o nome e sua teoria acabou se expandindo e interferindo positivamente no acréscimo de pesquisas voltadas para a temática, como exemplo pode ser destacado a construção do DSM-3 (Manual de diagnóstico e estatístico de distúrbios mentais), no qual abrange características específicas e subtipos do autismo de forma individualizada em uma categoria diferente dos demais transtornos mentais (JUSTINO et al., 2021).

Assim, durante o período de 1998 o termo autismo passa por constantes modificações onde é alterando o seu subtipo principalmente em obras como os manuais estatísticos e clínicos que referenciava os principais sintomas e diagnósticos do TEA daquela época, passando a ser identificado na classe dos “Transtornos globais do desenvolvimento (CID-10)”. No contexto histórico, a alteração em sua denominação foi essencial para trazer suporte no desenvolvimento de estudos e teorias durante décadas até chegarem no território brasileiro (MARFINATI et al., 2014).

2.1 A INCLUSÃO DO AUTISTA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A inserção de Leis e protocolos para a inclusão do Autista no território brasileiro começou a ser implantado no meio social a partir da criação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” no ano de 1948, o avanço e a regulação da educação para discentes especiais se consolidou graças a iniciativas de movimentos e decretos passados voltados para o TEA como por exemplo a Constituição de 1998 juntamente com a colaboração da Declaração de Salamanca 1994 (NUNES et al., 2013).

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) conforme o capítulo V destaca a obrigatoriedade da educação especial nas modalidades básicas como a rede regular. A mesma cita a importância das escolas assegurar: currículo, professores com especialização adequada, acesso igualitário e recursos educativos como pontos de suma relevância para uma melhor aprendizagem dos educandos (BRASIL, 1996).

Em relação aos programas para alunos com autismo no meio social, no ano de 2008 foi criado pela ONU o dia mundial de conscientização do autismo onde o mesmo é comemorado no dia 02 de abril. Nesse sentido, estabelecer a unificação dessa data se torna imprescindível uma vez que a divulgação sobre o tema pode encadear uma reflexão na sociedade e sensibilizar futuros colaboradores e partidos governamentais a ajudarem na causa. Sendo assim, é importante citar que o Brasil possui aproximadamente 2 milhões de indivíduos com TEA e a sua maioria não desfrutam de um tratamento adequado no seu dia a dia (CUNHA et al., 2021).

O desenvolvimento da Lei nº 7.611/ 2011, dispõe que o autista é amparado a ter inserção no ambiente escolar com as mesmas oportunidades de aprendizagem oferecidas para todos os discentes, ensino de forma especializado para os alunos com autismo ou qualquer outro tipo de especificidades, promoção de um ensino fundamental de forma totalmente grátis, entre outros pontos essenciais para uma melhor integração do aluno com TEA (BRASIL, 2011).

No cenário Brasileiro no ano de 2012, a criação da Lei nº 12.764/12 (Política Nacional de proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista), trouxe uma revolução na inclusão dos autistas no meio social, o qual a mesma assegura o direito a escolaridade, atendimento médico que ampare as suas necessidades entre outros aspectos (BRASIL., 2012; NASCIMENTO et al., 2020).

Anos depois em 2015 foi desenvolvida a Lei 13.146 (Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência), o seu surgimento e amplificação foi de sumo benefício para

integração do autista, uma vez que em sua legislação intitula a promoção da igualdade de direitos e exercício da liberdade para todos sem restrições a suas deficiências (BRASIL, 2015).

O CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) sofreu uma grande mudança para o público autista com a sua nova atualização no manual CID-11, o qual a mesma traz pontos importantes que atribuem os autistas e outros transtornos uma nova organização. O primeiro ponto, é que os transtornos caracterizados por serem globais do desenvolvimento podem ser encontrados agora dentro da modalidade dos transtornos do espectro autista (WHO., 2022).

Assim, o TEA passa a ser conhecido através do código 6A02, onde a sua mudança influência de forma positiva esses indivíduos a terem uma melhor acessibilidade aos remédios e tratamentos oferecidos pelos órgãos governamentais como também a futuros programas. Diante das novas atualizações, o autista pode ter um diagnóstico sem ter determinadas características taxadas específicas como “dificuldades na fala”, nesse aspecto, os professores devem tomar mais cautela em suas observações em sala de aula, pois em sua maior parte é o docente que capta os primeiros sinais em sala de aula por ter um contato mais direto com os alunos, observando assim suas principais capacidades e habilidades (WHO, 2022).

2.2 AS PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

Ao longo do campo histórico sobre o ensino de ciências, é perceptível as vastas transformações na aprendizagem atrelado a essa temática. Assim, a disciplina de ciências naturais de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998):

Propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os alunos e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-os nos eixos temáticos “Vida e Ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade” e “Terra e Universo”. O aprendizado é proposto de forma a propiciar aos alunos o desenvolvimento de uma compreensão do mundo que lhes dê condições de continuamente colher e processar informações, desenvolver sua comunicação, avaliar situações, tomar decisões, ter atuação positiva e crítica em seu meio social (BRASIL, 1998, p.62).

Em outras palavras, a matéria a ser estudada tem um amplo significado no aprender do educando, uma vez que a mesma associa o saber científico e tecnológico com a percepção do meio social, visado trazer mediações sobre o meio ambiente permitindo inserir o aluno na sociedade com uma visão crítica e reflexiva em diversos eixos do conhecimento (BRASIL, 1998).

Com o decorrer dos anos o ensino de ciências naturais passa por uma nova atualização em seu campo educacional, onde os seus eixos temáticos não se encontram mais divididos em quatro modalidades como é citado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. De acordo com a nova atualização da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) de 2018, é intitulado uma nova divisão em três unidades “Matéria e energia”, “Vida e evolução” e “Terra e Universo”, é viável destacar que as unidades temáticas se encontram associadas aos objetos do conhecimento e habilidades, mas seu agrupamento não deve ser levando como um padrão obrigatório dentro do ensino, podendo ser alterado conforme a necessidade de cada público (BRASIL, 2018).

Em relação a integração do ensino, a disciplina de ciências naturais passa por constantes impasses, e uma delas é a falta de professores licenciados na área, uma vez que a falta de docentes qualificados o saber científico não é repassado para os alunos de forma eficiente provocando assim uma barreira no processo educativo primordialmente para os discentes com deficiências que por conseguinte necessitam de práticas de ensino de uma forma mais clara e adaptativa (BENITE et al., 2015).

Diante do exposto, a inclusão no ensino de ciências naturais se torna um obstáculo a ser vencido, pois o conteúdo carrega consigo execuções de práticas, visualizações e comparações de determinados agentes entre outros pontos que necessitam de uma compreensão melhor do aluno, no qual a disciplina de ciências naturais traz uma determinada complexibilidade em seus conteúdos, onde será essencial os professores buscarem ferramentas que ampare as necessidades dos alunos no ambiente de ensino (BASTOS et al., 2016).

Em algumas pesquisas que já foram desenvolvidas e publicadas no meio científico por diversos profissionais que atuam na área voltada para a educação especial, apontam que é importante traçar metodologias que ajudem tanto os professores como os alunos no ambiente escolar, e que sejam acessíveis e voltadas para a sua realidade. No ensino de ciências, as aulas práticas em sua maioria é necessário que o discente examine ou manipule uma determinada amostra, e diante desse aspecto o professor deve desenvolver sua aula com maestria para não provocar a exclusão do aluno em suas práticas educativas. Nesse sentido, o papel do professor é primordial para a integração do aluno no ambiente escolar (TRENTINE, 2020).

Portanto, para ser realizado a educação inclusiva de modo eficiente a escola precisa se adequar com a realidade dos discentes especiais como: inserir didáticas de ensino adaptativo, promover estruturação escolar adequada para esse público, fornecer um currículo escolar inclusivo entre outros aspectos. Diante dos pontos citados, também é necessário destacar que

o professor primeiramente deve instruir-se sobre as características de cada discente para ajusta a sua prática de ensino, fornecendo assim um amparo de forma inclusiva para todos (GOMES et al., 2021).

Nesse sentido, a formação de professores no ensino inclusivo é uma temática que vem sendo discutida no meio social e acadêmico, pois o docente é o protagonista que vai ter o contato mais direto com os discentes em sala de aula, no qual seu processo formativo pode influenciar no desfecho de determinados contratempos que podem surgir em suas práticas de ensino (TAVARES et al., 2016).

Diante do exposto, os professores no seu processo didático deve questionar-se sobre: O que os alunos são aptos a compreender em frente a uma sequência didática em sala de aula de modo eficaz? Qual o estilo de metodologia que chama mais a atenção dos discentes? As vivências fora do ambiente escolar pode ser usada em práticas de ensino de acordo com a realidade de vida dos alunos? Quais atividades que são benéficas para serem realizadas com esse público? Deste modo, o conhecer docente sobre o aluno pode ajudar a garantir uma maior aquisição do aprender em sala de aula, amparando as suas bagagens e a especificidades, assim o docente pode incluir as suas práticas de ensino propiciando a igualdade para todos (ZABALA, 2010).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa se constitui-se em descritiva e ação, uma vez que a pesquisa descritiva possibilita apresentar e descrever a realidade de um determinado objeto de estudo, onde o diagnóstico investigativo foi uma ferramenta utilizada na para ajudar a caracterizar o público participante, e a pesquisa ação, no qual traz metodologias de intervenções que proporciona ajudar o alvo da pesquisa na resolução ou minimização de um determinado problema.

Em relação a abordagem da pesquisa permanece sendo de natureza qualitativa, pois segundo NEVES (1996, p.01):

A "pesquisa qualitativa" assume diferentes significados no campo das ciências, compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Nesse aspecto, a abordagem qualitativa nos oportuniza estabelecer um contato mais “direto” com os participantes, tentando compreender sua realidade e os fatos que as constituem.

3.2 PÚBLICO CENTRAL DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS

O referente estudo foi realizado com professores da disciplina de Ciências naturais do ensino fundamental II (6º a 9º ano) que ministram aulas para discentes com autismo especificamente em escolas públicas do município de Valença do Piauí. Para a execução do diagnóstico investigativo foi necessário a realização e cumprimento de 6 etapas: 1 – Escolha do local de pesquisa, posto que a área do estudo está delimitada em escolas públicas do município de Valença do Piauí, 2 – Definição do Público participante uma vez que o público participativo se constituiu por professores de ciências naturais do ensino fundamental II, 3 – Levantamento de Repertório inicial sobre a temática, como: Leis que amparam os alunos com TEA nas escolas, Revistas e Artigos sobre causas e diagnósticos do autismo, e-books e livros sobre práticas de ensino inclusivo.

Assim, a etapa número 4 se consolidou na Elaboração do TCLE e questionário semiestruturado, a aplicação do termo de consentimento livre e esclarecido foi de extrema relevância para fornecer um padrão de ética entre os envolvidos na pesquisa, e o questionário para a coleta das informações que teve por estipulação 13 questões onde foi interligados em variáveis dependentes qualitativa ordinal e quantitativa discreta, no qual as mesmas foram elaboradas especificamente para os professores de discentes com TEA 5 – Analise do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas de forma manual, buscando identificar os planos de aulas e como os docentes trabalham os conhecimentos prévios dos discentes com TEA, 6 – Coleta dos dados através de uma entrevista e utilização da técnica de abordagem *rappor*t que fornece uma aproximação mais efetiva do pesquisador com o entrevistado.

4 TABULAÇÃO DOS DADOS

Após a execução do diagnóstico investigativo realizou-se gráficos que expressem os resultados obtidos. Vale ressaltar que todo o processo de explanação das informações foram empregados nas normas de ética que constituem o TCLE. A análise dos dados aconteceu a partir de estudos de casos de natureza quantitativa, baseado nas referências BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e Zabala.

4.1 ENTREVISTA DESTINADA AO CORPO DOCENTE SOBRE A APRENDIZAGEM INCLUSIVA DOS ALUNOS COM TEA NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS NATURAIS

Conforme o objetivo geral, a pesquisa teve como público-alvo os professores de ciências naturais que ministram aulas para discentes com autismo no ensino fundamental II das escolas públicas de Valença do Piauí, cuja pesquisa foi realizada com 6 docentes e 4 escolas públicas (U.E. João Calado; U.E. Jaime Lima Verde; U.E. Joaquim Manoel e U.E. Oto Martins Veloso). Vale ressaltar que foi utilizado um questionário semiestruturado com 13 questões com perguntas abertas e fechadas para a coleta dos dados.

A seguir estão as subcategorias, que contemplam a pesquisa, iniciando pelo perfil de formação acadêmica dos sujeitos pesquisados.

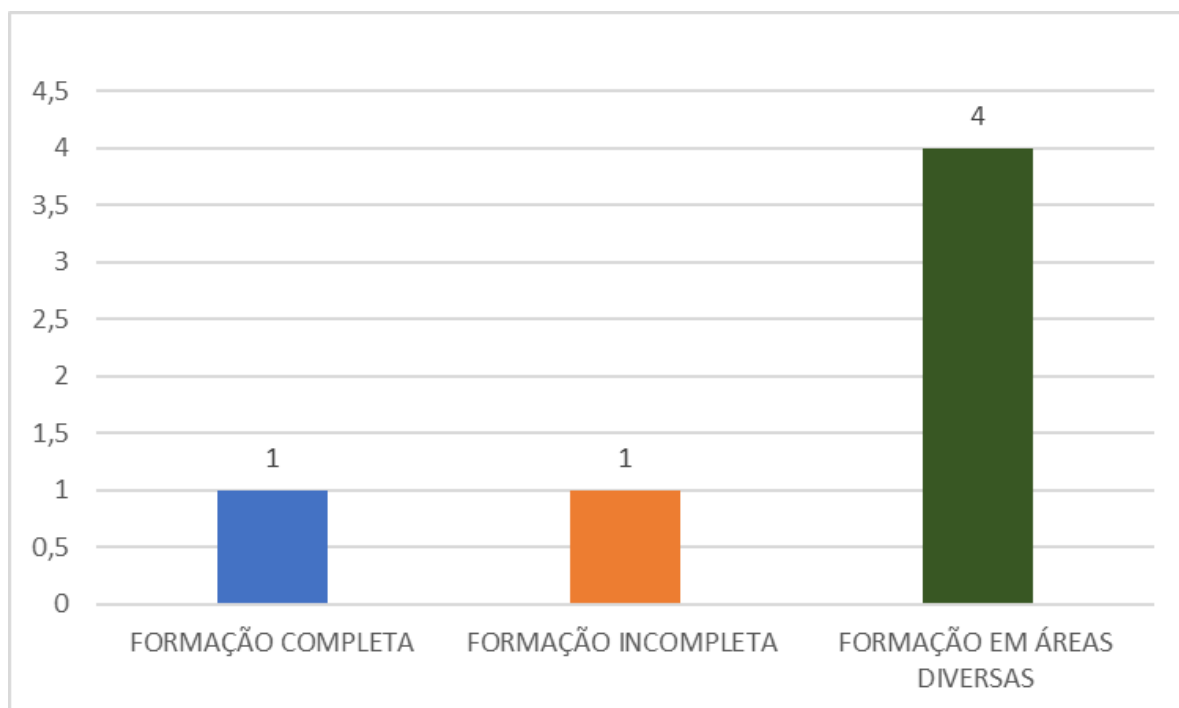
4.2 FORMAÇÃO ESPECÍFICA E GRAUS ACADÊMICOS

O primeiro aspecto buscou conhecer a formação dos professores em seu processo formativo acadêmico, no qual os mesmos responderam:

Professor P1: Graduação e Especialização; **Professor P2:** Licenciatura plena em Geografia, especialista em Ciências agrárias no semiárido; **Professor P3:** Licenciatura em Ciências Biológicas (incompleto); **Professor P4:** (não respondeu à pergunta do questionário); **Professor P5:** Graduada em Licenciatura plena em Ciências Biológicas e pós graduada em perícia criminal-Ciências forenses; **Professor P6:** Graduação Licenciatura em Ciências Biológicas-UFPI e Especialização em Gestão de Recursos Ambientais no Semiárido-IFPI (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Nesse sentido, apenas um professor tem formação em Licenciatura em Ciências Biológicas, um docente tem a sua formação incompleta e quatro professores tem formação em áreas diversas. Segundo Hammond (2014), a respeito da formação docente os mais capacitados para o ensino tendem a ser mais confiantes em sua atuação profissional e bem mais sucedidos comparados com aqueles que tiveram pouca ou nenhuma base e se tornaram professores. Dessa forma, se torna imprescindível a capacitação do professor para um melhor desempenho em sua atuação como educador.

Gráfico 1- Formação dos professores participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com base nos dados coletados, é notório perceber que a maioria dos professores que ministram aulas nas redes públicas do Município de Valença do Piauí, especificamente para discentes com autismo não são formados na área que atua, e isso pode acarretar em um agravante no processo educacional dos discentes com TEA, pois professores que passaram por um processo de qualificação para trabalhar com esse público tendem a conhecer a forma mais eficiente e benéfica de transmitir e incluir os educandos autistas em suas aulas.

A segunda subcategoria contemplada na pesquisa é destinada aos números de alunos com TEA que os docentes das redes públicas ministram aulas.

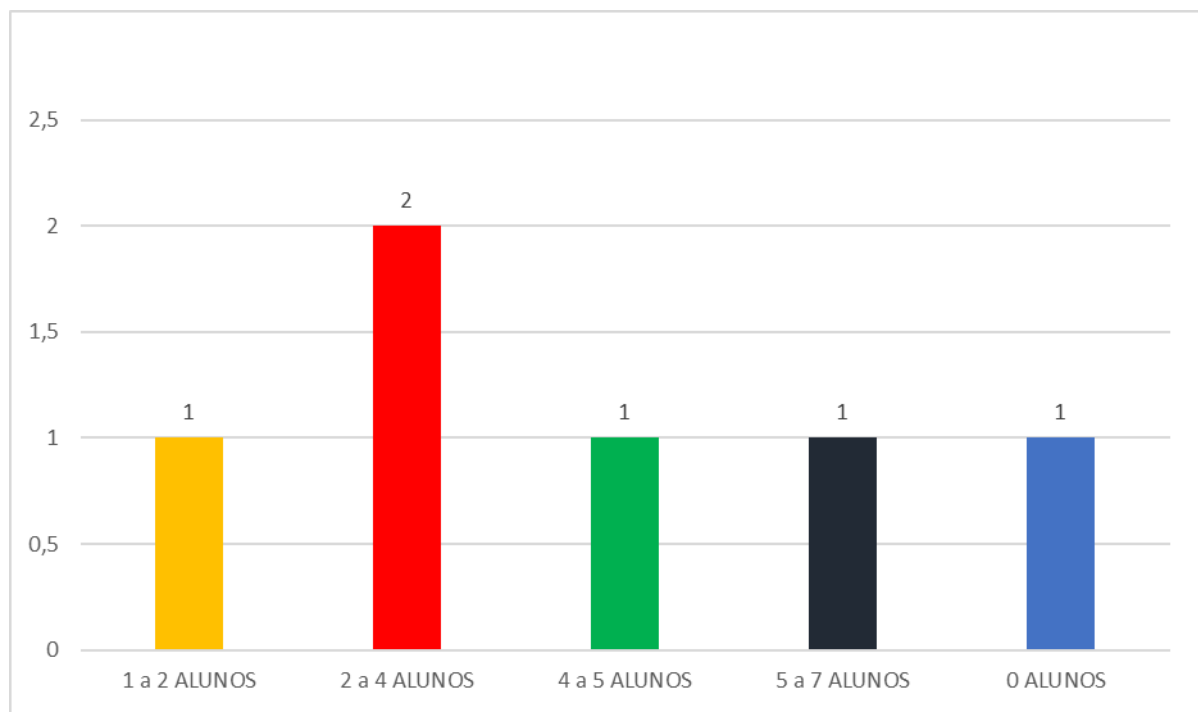
4.3 NÚMEROS DE ALUNOS COM AUTISMO QUE VOCÊ MINISTRA AULA

Os números de alunos com autismo que os professores de ciências naturais das escolas públicas de Valença do Piauí ministram aula, os mesmos responderam: “**Professor P1:** Nenhum aluno; **Professor P2:** 2 a 4 alunos; **Professor P3:** 8 ou mais alunos; **Professor P4:** 4 a 5 alunos; **Professor P5:** 1 a 2 alunos; **Professor P6:** 2 a 4 alunos.” (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Dessa maneira, as respostas dos docentes para essa pergunta foram distintas, onde a

sua maioria ministram aula para discentes com autismo e apenas um professor **(P1)** não ministra aula para discentes com TEA. Se torna importante os educadores saberem a quantidade de alunos com especificidades em sala de aula pois a forma como o docente atua irá influenciar e determinar a obtenção dos objetivos de ensino e promover a “Inclusão do conhecimento teórico e prático” (NOZI, et al., 2012). Nesse aspecto, é importante os professores conhecerem o público participante de sua sala para traçar estratégias de ensino que ajude o aluno no seu desenvolvimento.

Gráfico 2- Números de alunos autistas matriculados nas escolas analisadas no estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nota-se que no município de Valença do Piauí a taxa de professores de ciências conforme as tabulações dos dados que ministram aulas para discentes com TEA se tornam elevados, apenas um professor não trabalha com esse público. É válido mencionar, que durante a entrevista com os docentes muitos dentro do âmbito escolar não possuem um laudo médico sobre as suas especificidades, entretanto a escola sempre prioriza manter diálogos com Pais para futuras intervenções. A necessidade de conhecer a quantidade de educandos que precisam de um ensino inclusivo é fundamental para os docentes saberem a forma de traçar estratégias de ensino que promova a aprendizagem do alunado.

A terceira subcategoria contemplada na pesquisa é destinada a forma que o docente

costuma desenvolver as práticas adaptativas em sala de aula para o educando com autismo diante das suas especificidades.

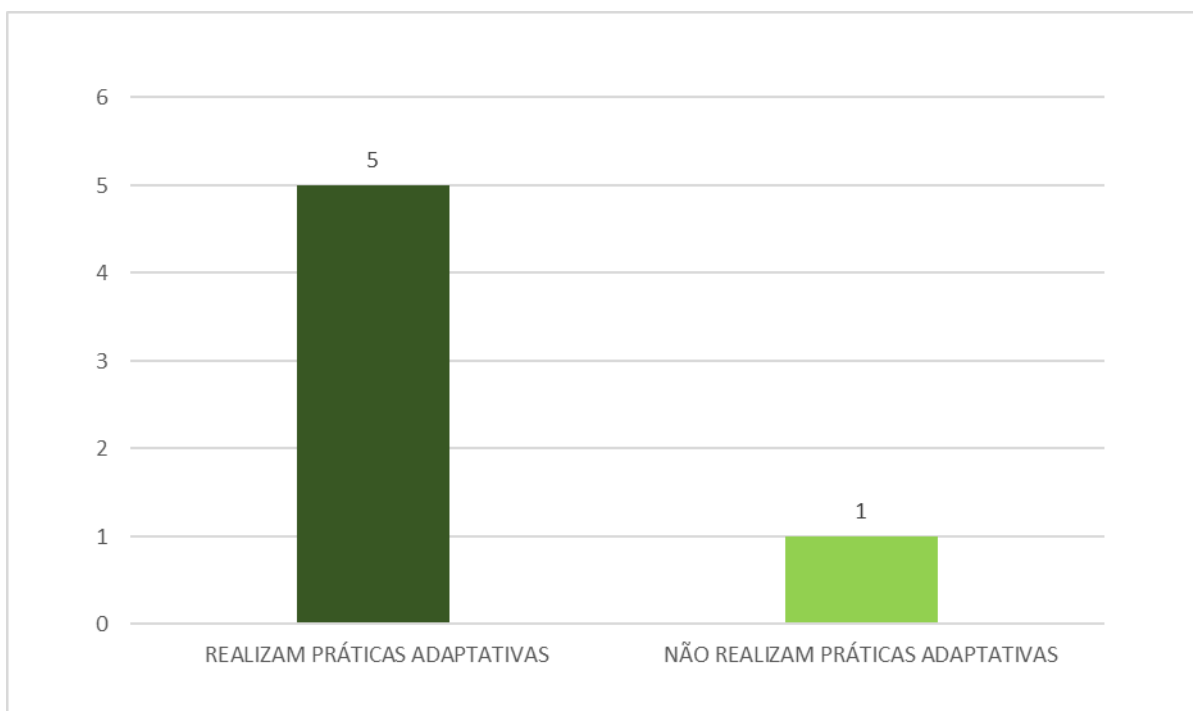
4.4 SÃO UTILIZADAS PRÁTICAS ADAPTATIVAS PARA OS ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

Em relação as práticas adaptativas no ensino de ciências naturais na aprendizagem do discente com TEA, os mesmos responderam:

Professor P1: Sim, elaboro atividades mais fáceis; **Professor P2:** Em cerca de 50% dos alunos ocorrem atividades adaptadas para o público em questão; **Professor P3:** Sim, tento o máximo introduzi-los nos conteúdos; **Professor P4:** Não desenvolvo práticas adaptadas pois não recebi treinamento para trabalhar com alunos com TEA; **Professor P5:** Sim, elaboro atividades adaptadas ao desenvolvimento do aluno; **Professor P6:** Sim. Realizo metodologias relacionadas a temática das aulas; (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Conforme as respostas dos docentes cinco realizam práticas adaptativas no ensino de ciências e um não desenvolve por não ter treinamento para realizar atividades para esse público. Destarte que o dinamismo no ensino de ciências para alunos com TEA são capazes de contribuir na busca de traçar soluções e reflexões que possam ser usadas como apoio e incentivo no aprendizado de ciências (GONÇALVES et al., 2020).

Gráfico 3- Desenvolvimento de práticas adaptativa desenvolvido pelos professores.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em análise as respostas dos docentes do Município de Valença do Piauí, cinco realizam práticas adaptativas no ensino de ciências para os discentes com autismo e apenas um não realiza por conta de não ter um preparo pois não recebeu o devido treinamento para trabalhar com esse público. É importante sempre a escola e os professores buscarem formações para trabalharem com os educandos dentro da sua realidade de ensino pois com a devida qualificação os mesmos terão maiores habilidades em realizar a inclusão em sala de aula, ampliando o seu conhecimento para realização de atividades adaptativas que facilite a compreensão.

A quarta subcategoria contemplada na nossa pesquisa é relacionado a ajuda que o professor de ciências naturais recebe em sala de aula para a ampliação cognitiva do discente com autismo.

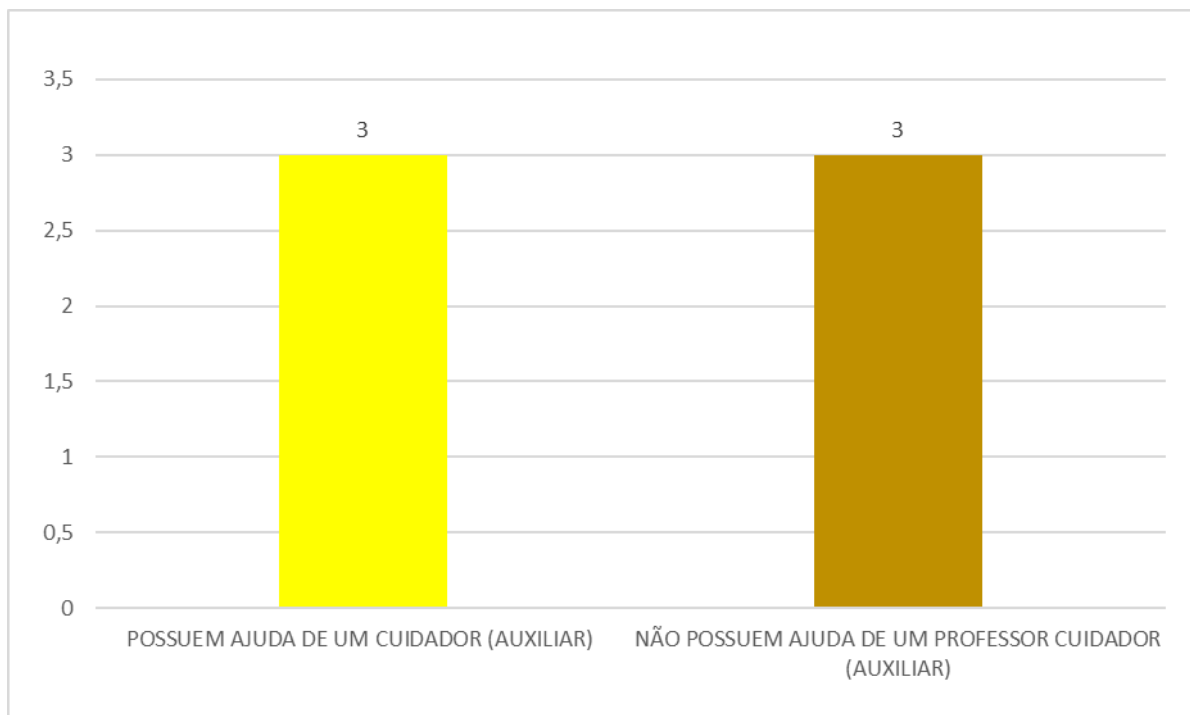
4.5 CONTEMPLA AJUDA DE UM PROFESSOR AUXILIAR, OU O ALUNO COM TEA É ACOMPANHADO DE UM CUIDADOR NA SALA DE AULA, COMO ACONTECE

Pertinente se os docentes possuem ajuda de um professor auxiliar ou cuidador dentro do âmbito escolar, os mesmos responderam:

Professor P1: Não tenho; **Professor P2:** Ocorrem duas situações distintas, o aluno A aceita e gosta de acompanhamento, entretanto o aluno B tem resistência ao acompanhamento da cuidadora em sala; **Professor P3:** Não, o aluno com TEA de baixo nível não possui cuidador; **Professor P4:** Não recebo ajuda para proceder com alunos com TEA; **Professor P5:** O aluno com TEA é acompanhado de um cuidador; **Professor P6:** Sim, na escola que ministro aulas para os alunos com TEA conto com cuidadoras (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Diante das respectivas respostas, três professores possuem a ajuda de um cuidador ou auxiliar para a assistência do aluno com TEA em sala de aula, enquanto três não possuem ajuda de um cuidador.

Gráfico 4 - Ajuda de um professor auxiliar ou cuidador



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É significativo mencionar, que se torna importante a presença de um professor mediador para acompanhar o educando com autismo para uma melhor inclusão em seu âmbito educacional, pois no decorrer das séries a demanda por auxílio se torna ainda maior do que na educação infantil, onde o mediador pode ajudar também na diminuição da sobrecarga dos professores e minimizar a implicação da pouca preparação com esse público (NUNES et al., 2013). Assim, é imprescindível a ajuda de professor auxiliar no processo de educativo do alunado com TEA.

Em análise ao âmbito educacional das escolas públicas do Município de Valença do Piauí, se torna viável a necessidade de inserir um auxiliar ou um cuidador para ajudar no desenvolvimento e aprendizagem do educando que possua algum tipo de especificidades como no caso do aluno com autismo, cerca de metade das escolas que foi realizada a pesquisa as mesmas não possuem um suporte que contemple a subcategoria.

A quinta subcategoria contemplada na pesquisa é relacionado a capacitação do professor e seus desafios na aprendizagem do aluno com TEA.

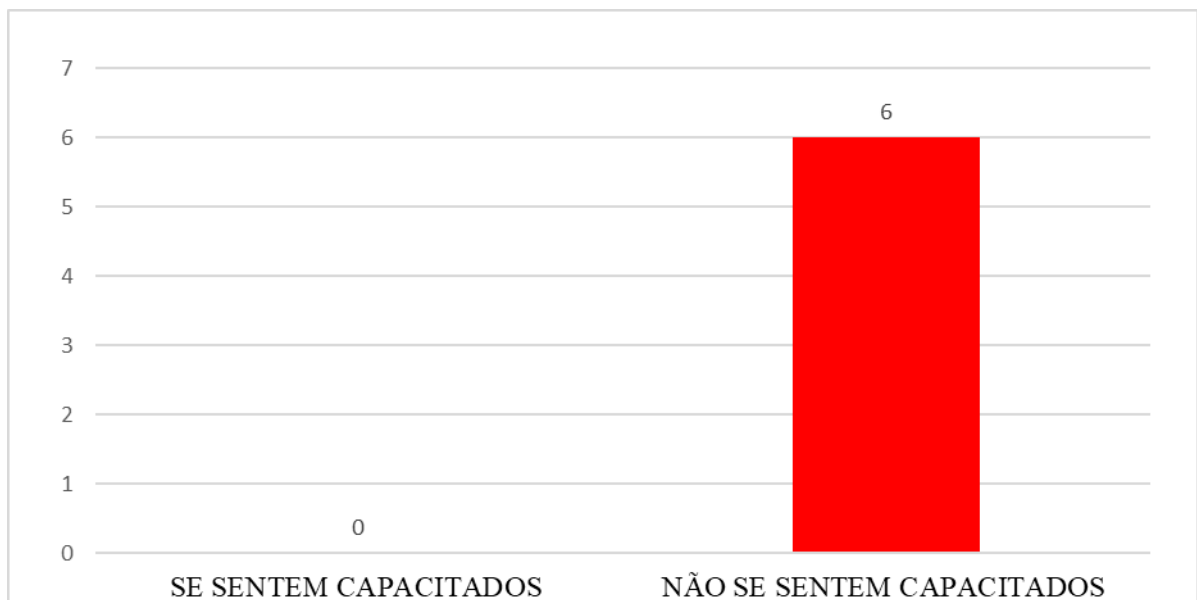
4.6 CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE EFICIÊNCIA PARA ESSE PÚBLICO-ALVO

Percepção dos professores sobre como eles se encontram capacitados para ministrar aulas para os alunos com TEA e seus principais desafios, os mesmos responderam:

Professor P1: Não me sinto capacitado. Pois ainda não tenho formação para esse público; **Professor P2:** Não. Pois todos os dias fica mais difícil pesquisar / ou elaborar atividades adaptadas; **Professor P3:** Não, um dos principais desafios é o número de alunos por turmas; **Professor P4:** Não me sinto capacitado pois nós professores nunca recebemos um treinamento para este público; **Professor P5:** Não, o principal desafio é a falta de capacitação; **Professor P6:** Totalmente não, está cada dia mais desafiador trabalhar com esse público (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Diante das respostas dos docentes todos os seis não se sentem capacitados para a promoção inclusiva de educação para os discentes com TEA.

Gráfico 5 - Capacitação docente para promover uma educação inclusiva



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dessa forma, a inserção do discente com TEA no ambiente escolar sem uma devida preparação e capacitação do docente pode influenciar de forma negativa no desenvolvimento e no seu processo de ensino, então faz-se necessário a capacitação docente para que ele ofereça uma melhor educação diante das especificidades do aluno autista (BINS et al., 2022). Assim, se torna eficaz o desenvolvimento de formações e/ou aperfeiçoamento do docente que ministra aulas para a Educação especial.

Diante dos dados coletados, as escolas públicas do Município de Valença do Piauí carecem de uma maior atenção para a promoção de formações que envolva a prática da Educação Especial, pois esse despreparo pode ocasionar danos presentes e futuros na educação dos discentes autistas e daqueles com outras especificidades.

A sexta subcategoria contemplada na pesquisa é sobre a percepção dos professores em relação as dificuldades que os discentes autistas tem quando a atividades não se encontram adaptadas.

4.7 O DOCENTE PERCEBE SE OS ALUNOS COM TEA SENTEM DIFICULDADES NA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS E EXTRACURRICULARES NÃO ADAPTADAS

Pertinente a percepção dos professores em relação a aprendizagem dos discentes com TEA, e se os educandos sentem dificuldades para a resolução de atividades práticas e extracurriculares não adaptadas, os mesmos responderam:

Professor P1: Quando já tive, sim. Eles tem muitas dificuldades; **Professor P2:** Sim. Nosso alunado com TEA conseguem retirar do quadro atividades e textos complementares, mas no momento da resolução não conseguem desenvolver; **Professor P3:** Sim. Como por exemplo apresentações de seminários ou outra atividade que exige mais deles; **Professor P4:** Sim é perceptível pois os alunos com TEA, têm um menor grau de assimilação dos conteúdos; **Professor P5:** Sim. Moderada capacidade de compreensão da linguagem; **Professor P6:** Sim. Principalmente nas atividades com muitos conceitos, práticas que surgem a fala são complexas para esses alunos (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

De acordo com as respostas tabuladas, todos os docentes responderam que os discentes com TEA sentem dificuldades quando as atividades teóricas e práticas não se encontram de forma adaptadas dentro do ensino de ciências. Por isso, torna-se necessário a utilização de atividades de ensino que ampare as especificidades dos educandos, pois a educação ela visa não só trazer a inclusão do aluno, mas sim implica na ampliação do

desenvolvimento e saber construído a partir de sua capacidade e realidade no ensino (MENDES et al., 2015). Portanto, de acordo com a autora é importante o uso de atividades práticas adaptadas para um maior aproveitamento do discente com TEA em sala de aula.

Assim, torna-se necessário os professores de ciências naturais que ministram aula para os discentes com autismo no município de Valença do Piauí, buscar trazer a ampliação de atividades inclusivas para serem trabalhadas com esse público nas escolas, pois o educando através das atividades adaptativas conseguem aprender mais facilmente a temática trabalhada além do professor está promovendo a inclusão.

As atividades quando não trabalhadas de forma lúdica e inclusiva, os discentes com especificidades não conseguem responder e por vezes não desenvolvem as habilidades inerentes a etapa de ensino, e isso pode deixar o aluno com graves danos em sua educação e nos seus aspectos cognitivos. Dessa maneira, o professor deve buscar utilizar a sua criatividade para trabalhar com esses discentes diminuindo assim futuros impasses no seu regime educacional.

A sétima subcategoria contemplada na nossa pesquisa é destinada a percepção dos professores em relação as atividades inclusivas.

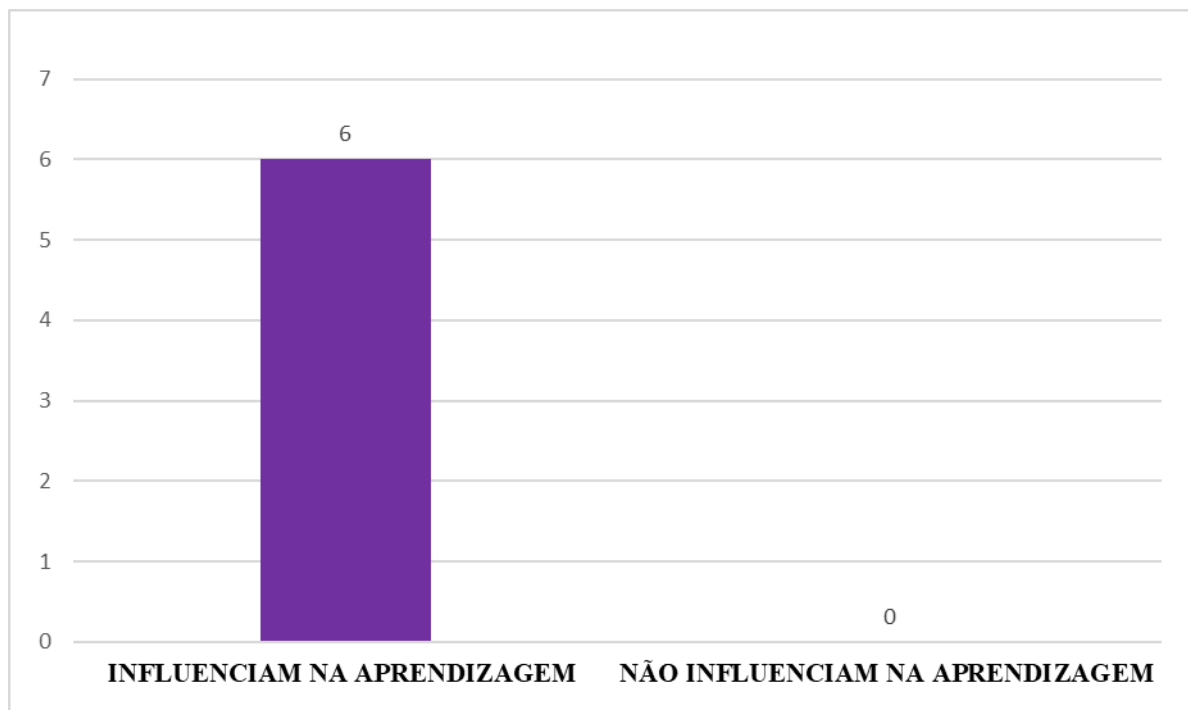
4.8 AS ATIVIDADES INCLUSIVAS INFLUENCIAM NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA

Em análise a percepção que os professores têm sobre as atividades inclusivas e a sua influência no ensino para alunos com TEA, os mesmos responderam:

Professor P1: Com certeza; **Professor P2:** Sim. São fundamentais para a compreensão das temáticas; **Professor P3:** Sim, pois atividades adaptadas facilitam a aprendizagem e o desempenho; **Professor P4:** À medida que estas atividades são elaboradas de forma que possam melhorar o grau de aprendizado desses alunos; **Professor P5:** Sim; **Professor P6:** Sim, muito! É essencial para a inclusão e desenvolvimento da aprendizagem desses alunos com autismo no processo educativo (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Conforme as respostas, todos os professores responderam que as atividades inclusivas influenciam de forma positiva no desenvolvimento e aprendizado do aluno com TEA.

Gráfico 6 - Percepção dos professores sobre as atividades inclusivas



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Diante dos resultados, em sala de aula os professores devem buscar alinhar a execução de atividades lúdicas com a amplificação de práticas inclusivas que atendam as necessidades básicas dos discentes, buscando sempre trazer a diversidade, respeito as diferenças e a construção social do aluno. No qual o docente pode trazer em seu ensino o uso de jogos inclusivos, brinquedos e até mesmo brincadeiras tradicionais de sua realidade local que corroborem no desenvolvimento dos alunos autistas (COSTA, 2015).

Trazendo essa perspectiva para as escolas públicas do Município de Valença do Piauí, em decorrência das respostas dos docentes onde todos tiveram uma afirmativa que as atividades inclusivas tendem a trazer uma maior influência na educação dos discentes com TEA, é importante os professores terem essa visão que as atividades inclusivas fornece um maior benefício por se tratar de um público que por vezes é deixado de lado e até mesmo discriminados em sala de aula por conta das suas especificidades, então cabe ao professor com o uso de sua prática sempre buscar a equidade para todos os alunos.

A seguir será apresentada a forma estrutural e profissional das escolas públicas do Município de Valença do Piauí conforme a percepção dos professores de ciências naturais.

4.9 AS ESCOLAS PÚBLICAS QUE VOCÊ MINISTRA AULA SE ENCONTRAM ADEQUADAS ESTRUTURALMENTE E PROFISSIONALMENTE PARA FORNECER UM ENSINO EFICIENTE PARA ESSE PÚBLICO-ALVO (AUTISTAS)

As escolas públicas do Município de Valença do Piauí se encontram estruturalmente e profissionalmente na visão dos docentes de ciências naturais na educação do aluno com TEA, os mesmos responderam:

Professor P1: Não tem estrutura. Aliás, falta recursos didáticos para práticas; **Professor P2:** Sim. A escola possui uma sala montada de AEE com toda estrutura necessária para o acolhimento dos alunos e com excelentes professores; **Professor P3:** Não. Uma das faltas é a formação continuada dos professores. Não tem atendimento AEE; **Professor P4:** Não acredito, pois as escolas que eu trabalho não dispomos de um corpo especializado e também não dispomos de uma sala para trabalhos com esses alunos; **Professor P5:** Não. Percebo uma deficiência significativa principalmente na formação e preparo desse público-alvo, então faz-se necessário capacitação aos professores. Quando à estrutura física, a escola só possui como opção para acesso ao pavimento superior através de escada, o que a meu ver, oferece risco à integridade do aluno e professores / cuidadores; **Professor P6:** Sim (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

De acordo com as respostas dos professores entrevistados dois docentes responderam que as escolas públicas do Município de Valença do Piauí se encontram adequadas estruturalmente e profissionalmente para o ensino dos alunos com autismo, enquanto quatro professores responderam que as escolas não estão adequadas de forma estrutural e profissional para a educação com esse público-alvo. Diante do exposto, as escolas devem assegurar para os educandos estruturas físicas e humanas necessárias que favoreçam o seu desenvolvimento pleno, pois a estruturação escolar se torna importante para a acessibilidade e também para implantações de projetos educativos (LEONARDO, 2008).

Com base nas respostas dos professores de ciências naturais no município Valenciano, nota-se que a sua maioria sentem que as escolas necessitam de profissionais especializados e uma infraestrutura mais adequada para trabalhar e executar suas atividades com os alunos autistas. Portanto, é válido ressaltar que a formação profissional e a estruturação escolar são fundamentais para promover um melhor benefício no ensino dos autistas diante das suas especificidades.

A nona subcategoria contemplada na nossa pesquisa está relacionada com a participação docente na construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

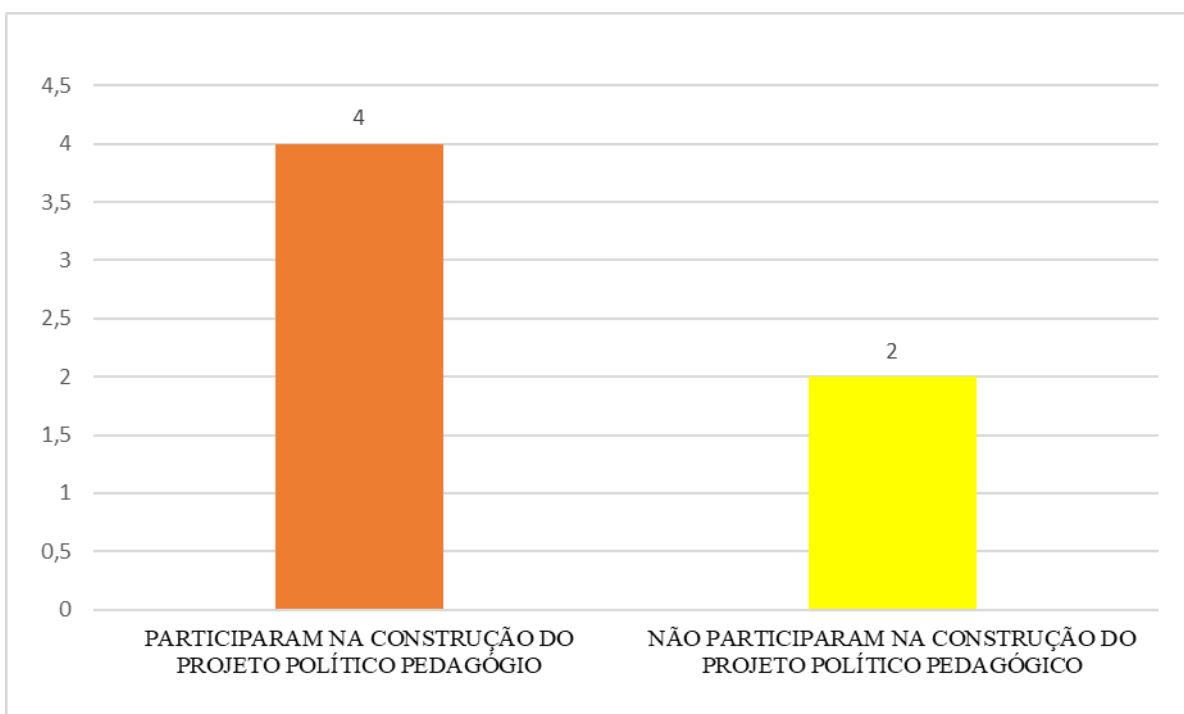
4.10 PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA

Comparado com a participação dos professores de ciências naturais na construção do Projeto Político Pedagógico das escolas que eles ministram aulas, os mesmos responderam:

“**Professor P1:** Sim; **Professor P2:** Sim, participei de forma ativa; **Professor P3:** Não; **Professor P4:** Sim eu em alguns momentos eu pude contribuir na formatação do PPP; **Professor P5:** Sim; **Professor P6:** Não” (QUESTIONARIOS PROFESSORES, 2023).

Conforme as respostas dos professores de ciências naturais das escolas públicas do município de Valença do Piauí, cinco responderam que participaram da criação do PPP, enquanto dois docentes responderam que não participaram.

Gráfico 7- Participação docente na construção do Projeto Político Pedagógico



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Desta forma, se torna imprescindível a construção do Projeto Político Pedagógico ter a participação rigorosa de toda o campo escolar e a contribuição da comunidade, pois é a partir de sua criação que nasce a realidade do cenário escolar que ilustra as condições que a mesma se encontra para possíveis articulações de melhoramentos futuros (FICAGNA, 2009).

No contexto do município de Valença do Piauí nota-se que quatro docentes de ciências naturais tiveram a oportunidade de participar do PPP da escola que ministra aula, tornando-se um ponto positivo pois essa participação é fundamental para que o professor conheça as

legislações que regem a escola além de todas os atributos como estruturação, parâmetros da inclusão escolar, público-alvo (docentes, discentes e gestão escolar) entre outros aspectos. Entre os resultados dois docentes relataram que não participaram de sua construção, mas mesmo com esse viés é necessário o professor participar de futuras atualizações do documento e fazer a sua leitura para conhecer os panoramas que está inserido

A decima subcategoria contemplada na nossa pesquisa está relacionada a forma como o Projeto Político Pedagógico visa acerca da inclusão dos discentes com autismo no âmbito escolar.

4.11 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA VERSA ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

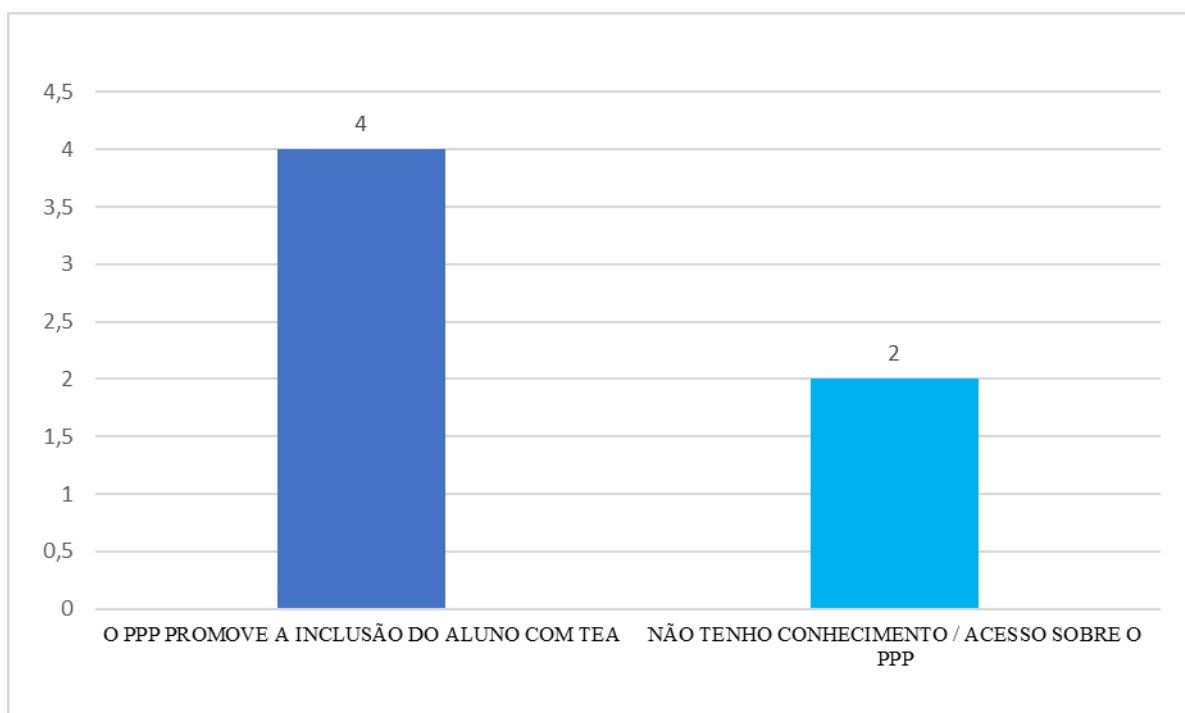
As escolas públicas do município de Valença do Piauí traz no seu PPP a inclusão do aluno autista, os mesmos responderam:

Professor P1: Sim, prepara os professores para que tenha adaptações nas atividades; **Professor P2:** Sim, foca no acolhimento com zelo, atenção e carinho por cada aluno com TEA; **Professor P3:** Não tive acesso ainda; **Professor P4:** Sim, através do que está legalizado na LDB; **Professor P5:** Sim, ampara os alunos com TEA no ensino; **Professor P6:** Não tenho conhecimento, pois não participei da construção do (PPP) da escola (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Conforme as respostas dos professores de ciências naturais, quatro docentes responderam que a escola promove a inclusão do aluno com TEA em seu PPP, enquanto dois professores refutaram que não tem conhecimento e acesso sobre as informações.

Gráfico 8- A inclusão do aluno com TEA no Projeto Político Pedagógico

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que se refere a Inclusão do aluno com autismo, é fundamental o PPP das escolas amparar esse público em suas diretrizes escolares, pois existem Legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que promove a igualdade para todos os indivíduos diante das suas especificidades (BRASIL,2015).

Perante as respostas dos professores de ciências naturais do município de Valença do Piauí, o índice de professores que responderam de forma afirmativa a subcategoria foi maior comparada com os docentes que não sabiam responder ou não tiveram acesso, e não participaram da elaboração do Projeto. E essa análise se torna importante para incentivar a elaboração de subcategorias no PPP da escola a favor da igualdade e integração dos alunos autistas.

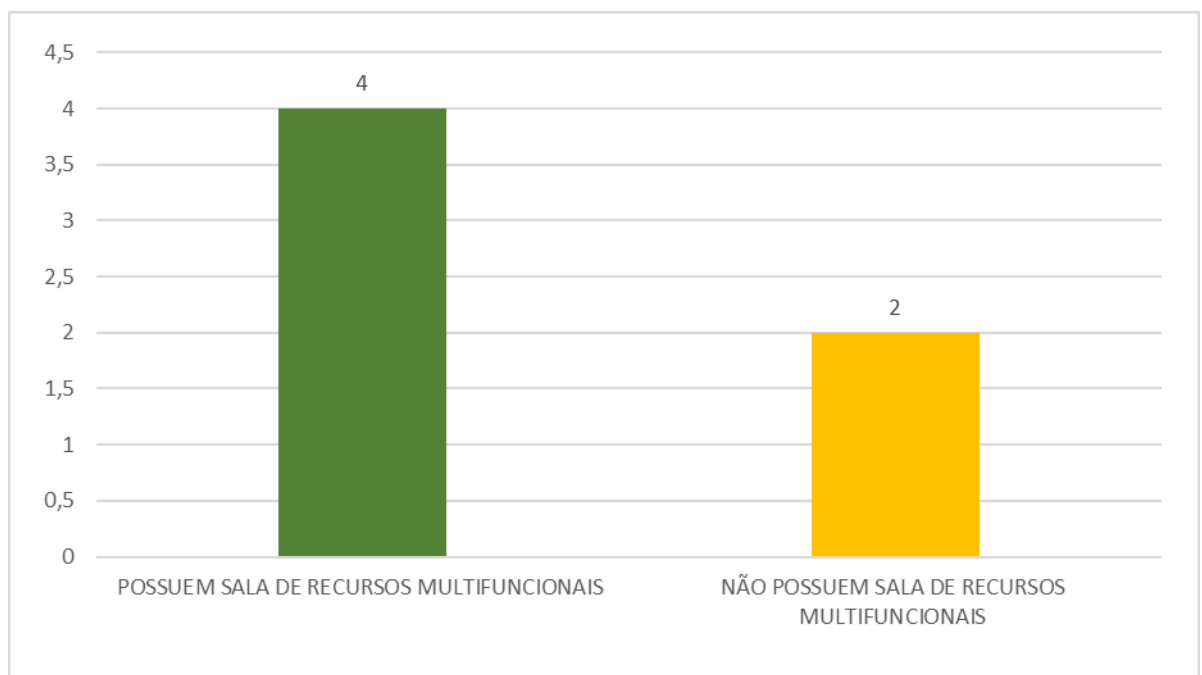
A decima primeira subcategoria contemplada na pesquisa está vinculada com a estruturação escolar, especificamente se as escolas públicas do município de Valença do Piauí possuem sala de recursos multiprofissionais e se o aluno com TEA está matriculado na sala de AEE.

4.12 A ESCOLA POSSUÍ SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS? O ALUNO MATRICULADO NA SALA REGULAR ESTÁ MATRICULADO NO AEE? ELE FREQUENTA O AEE

A respeito da estruturação multifuncionais, matrículas dos discentes com autismo e sua frequência no âmbito escolar os professores de ciências naturais responderam:

Professor P1: Sim; **Professor P2:** Sim, a escola possui uma sala de AEE, onde todos os alunos com laudo são matriculados e frequentam uma vez por semana por conta da sua grande demanda; **Professor P3:** Não. Não. Não. (não tenho conhecimento sobre); **Professor P4:** Nossa escola não possui sala para estes fins; **Professor P5:** Sim. Sim. Sim; **Professor P6:** Sim, a escola possui sala de recursos multifuncionais. Está matriculado e frequenta ambas as salas para o seu ensino (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Gráfico 9- Sala de recursos multifuncionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Diante das respostas dos professores em análise se a escola possui sala de recursos multifuncionais, quatro docentes responderam que sim enquanto dois professores responderam que não. Em correlação se o aluno matriculado na sala regular se encontram matriculados na sala de AEE, quatro docentes responderam que sim e apenas dois professores responderam que o aluno não se encontra matriculado no Atendimento Educacional Especializado. E a última pergunta no subtópico foi indagar se os discentes autistas

frequentam o AEE, quatro docentes responderam que os alunos frequentam e dois docentes indagaram que não.

Conforme as respostas dos professores de ciências naturais do município de Valença do Piauí, é perceptível a necessidade da criação de salas para atendimentos voltadas a Educação Especial, pois a inclusão precisa ser frequente e contemplada em todas as redes de ensino para trazer uma melhor aprendizagem para esse público. Assim, é válido também mencionar que o AEE no ensino para alunos com autismo busca trazer um conhecimento socioeducativo promovendo a sua inclusão e integração no seu ambiente de ensino, trabalhando assim as suas habilidades cognitivas, físicas, emocionais e equilíbrio no meio familiar (COSTA, 2016). Portanto, torna-se imprescindível a implantação de salas multifuncionais dentro das Instituições públicas e privadas para uma melhor inclusão dentro do espaço escolar.

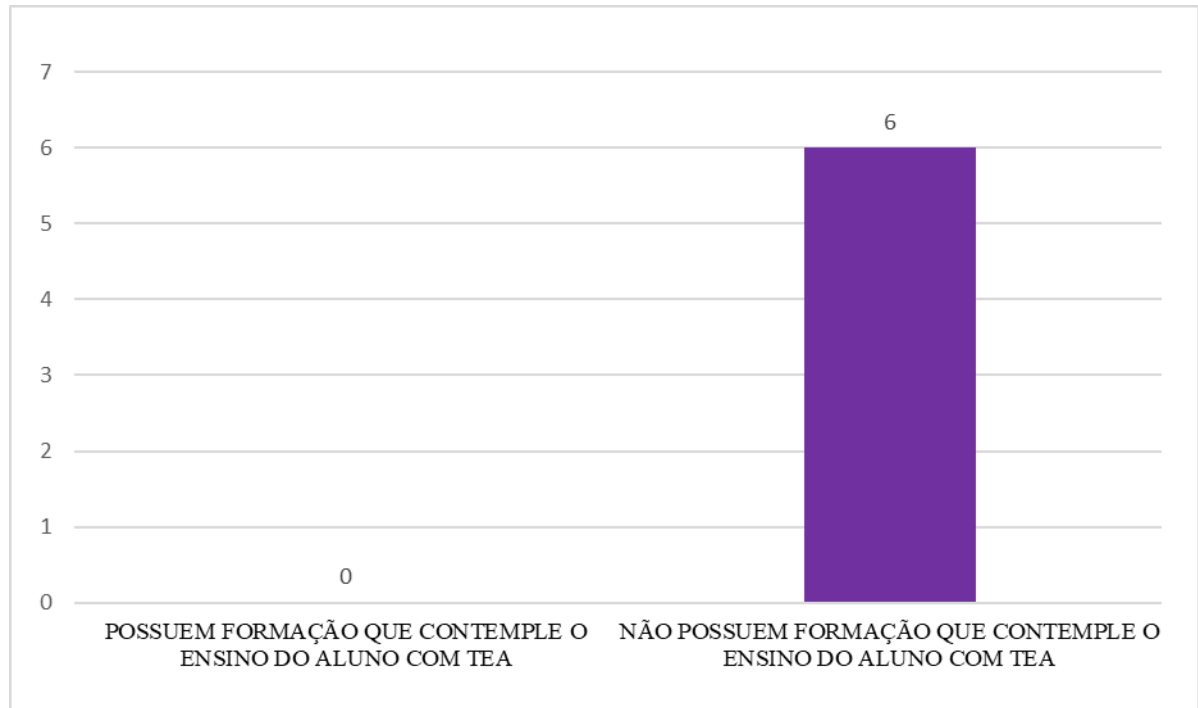
A decima segunda subcategoria contemplada na pesquisa está associado se o docente da área de ciências naturais possui alguma especialização, pós-graduação, mestrado ou pós-doutorado que ampare as especificidades do aluno com TEA no seu desempenho educativo.

4.13 COMO PROFESSOR VOCÊ POSSUI ALGUMA ESPECIALIZAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, MESTRADO OU PÓS-DOCTORADO NA ÁREA DAS CIÊNCIAS QUE CONTEMPLE O ENSINO DO ALUNO COM TEA

A respeito da formação dos professores de ciências naturais que auxilie na aprendizagem do aluno autista os mesmos responderam: “**Professor P1:** Não; **Professor P2:** Não; **Professor P3:** Não; **Professor P4:** Não tenho nenhuma pós graduação para ensinar alunos com TEA; **Professor P5:** Não; **Professor P6:** Não” (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Como resultado obtido diante das respostas dos professores, todos os seis participantes responderam que não possuem uma formação de aprofundamento na área da educação especial que possibilite uma maior aprendizagem dos discentes autistas.

Gráfico 10- Formação docente que contemple o aluno autista



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nesse aspecto, é irrecusável a inserção no ambiente escolar de professores capacitados para ministrar aulas com o público autista, pois é através de sua capacitação que o processo de inclusão pode alcançar um melhor resultado, mantendo assim o professor mais preparado em suas metodologias integrativas e segurança na atuação profissional (FERREIRA, 2017). No município de Valença do Piauí conforme as respostas dos professores das escolas públicas, pode ser destacado o despreparo de todos para efetuar uma inclusão satisfatória no ensino de ciências pois os mesmos não possuem uma formação que ampare os alunos da educação especial. Torna-se , uma capacitação docente que atenda todas as especificidades dos discentes.

A decima terceira subcategoria contemplada na pesquisa está relacionada se a escola que os professores de ciências naturais trabalham oferta recursos pedagógicos que ampliem o desenvolvimento dos alunos com autismo diante das suas especificidades.

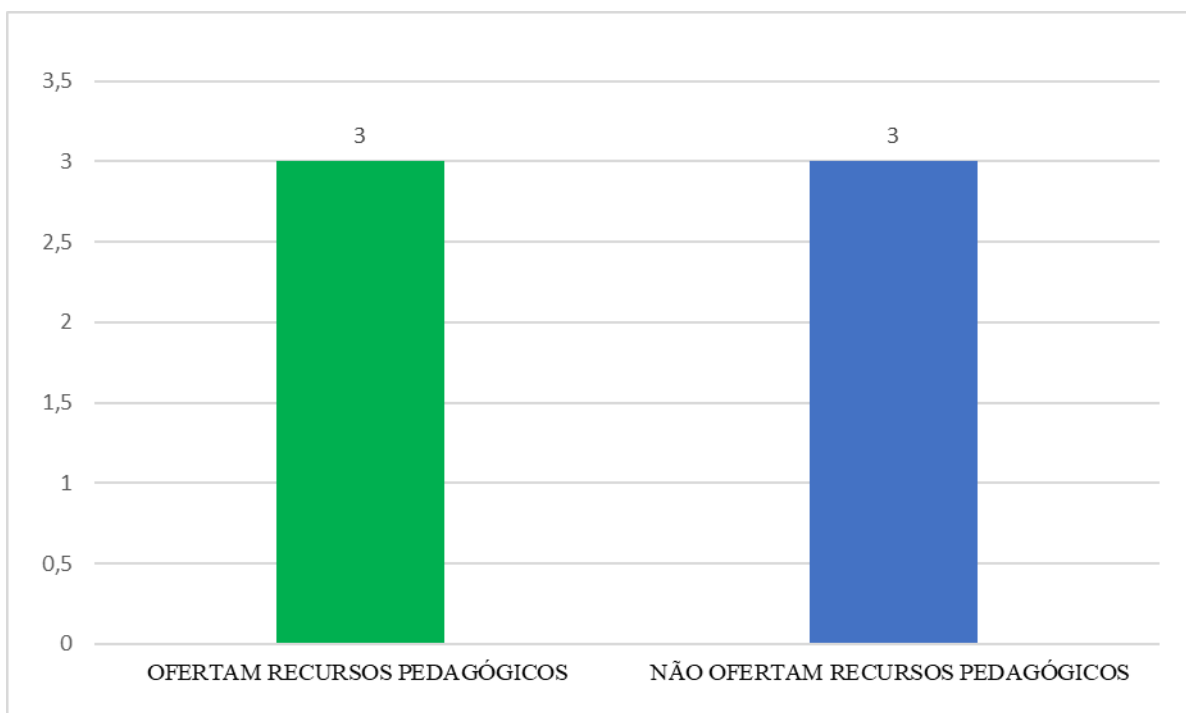
4.14 A ESCOLA QUE VOCÊ MINISTRA AULA OFERTA RECURSOS PEDAGÓGICOS QUE FACILITE O ENSINO DE HABILIDADES PARA O ALUNO COM AUTISMO

Em relação a escola ofertar recursos pedagógicos que facilite o ensino do aluno com TEA os mesmos responderam:

Professor P1: Não; **Professor P2:** Sim, entretanto o acesso fica com a professora da sala de AEE; **Professor P3:** Não. Não oferece; **Professor P4:** Não temos recursos específicos para o processo de aprendizagem desses alunos, o nosso colégio não dispõe; **Professor P5:** Sim; **Professor P6:** Possui sim, oferta (QUESTIONÁRIOS PROFESSORES, 2023).

Diante das respostas dos professores de ciências, três responderam que a escola oferta recursos para serem vinculados na aprendizagem do aluno autista, enquanto três docentes responderam que não possui a oferta dos recursos pedagógicos.

Gráfico 11- Recursos pedagógicos para os discentes com TEA



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Desse modo, é importante a gestão escolar juntamente com os professores elaborarem recursos didáticos inclusivos que favoreça a aprendizagem dos alunos com autismo, visando ampliar a sua funcionalidade cognitiva e motora. Assim, o docente pode confeccionar os seus próprios materiais juntamente com os discentes, como exemplo criações de jogos sensoriais,

jogos de memória e uso da escrita, adaptando sempre o conteúdo diante da realidade dos alunos com TEA (GOMES, 2019). Diante da realidade do município de Valença do Piauí, os professores de ciências naturais devem buscar ampliar a inserção de recursos pedagógicos em sua prática.

5 ENTREVISTA CORRELACIONADA AOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Para um melhor desenvolvimento da pesquisa buscou-se conhecer a realidade dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas públicas do município de Valença do Piauí. Assim, foram entrevistados três profissionais das respectivas escolas (U.E. João Calado; U.E. Jaime Lima Verde e U.E. Oto Martins Veloso). Vale mencionar que a U.E. Joaquim Manoel não participou da pesquisa com esses profissionais devido a escola não ofertar a sala de recursos multifuncionais para o atendimento do AEE e especialistas da área no atendimento da educação especial. Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário semiestruturado com 06 questões com perguntas abertas e fechadas.

A primeira subcategoria contemplada na pesquisa, visa saber qual a formação e graus acadêmicos dos profissionais do AEE.

5.1 QUAL A SUA FORMAÇÃO ESPECÍFICA E GRAUS ACADÊMICOS (GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO)

Diante das respostas dos profissionais do Atendimento Educacional especializado, os mesmos responderam:

Profissional P1: Licenciatura em Pedagogia/Especialização em Psicopedagogia, Educação especial e Mestrado em Psicologia Educacional; **Profissional P2:** Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia; **Profissional P3:** Licenciatura em matemática, Licenciatura em espanhol, bacharelado em Biomedicina, Pós-graduação em Libras, Psicopedagogia AEE e Mestrado em Neurociência e Pós em ABA (QUESTIONÁRIOS PROFISSIONAIS DO AEE, 2023).

Perante os resultados, todos os profissionais do AEE possuem em comum a sua formação voltada para a psicopedagogia e outras áreas diversas. No qual essa formação é muito importante para o desenvolvimento do aluno autista e de discentes com outras

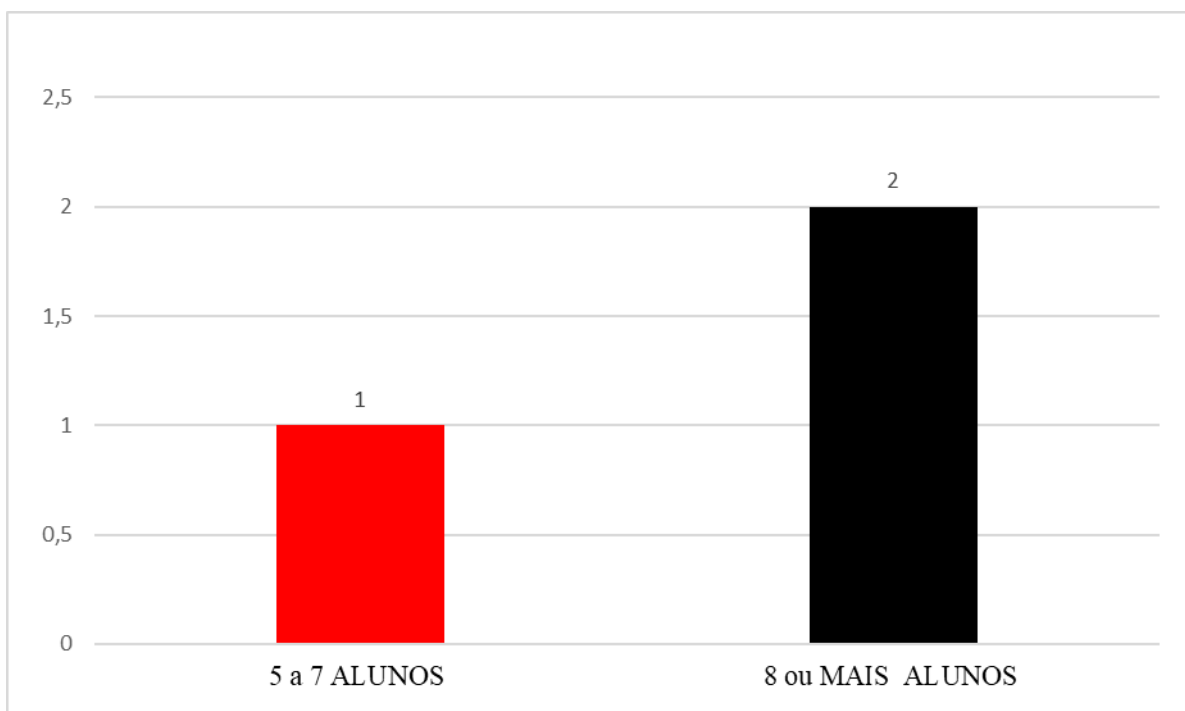
especificidades. O profissional psicopedagogo é fundamental para a resolução de impasses no ambiente escolar, intervindo no déficit de conhecimento do educando e nos aspectos físicos e motores do alunado, buscando assim estratégias que contribuam na reintegração do discente em sala conforme a sua necessidade e ritmo (SILVA et al., 2021).

No município de Valença do Piauí, é notório que a maioria das escolas públicas possuem profissionais com formação para trabalhar na Educação especial, porém deve ser levado em conta outros aspectos importantes como métodos de abordagens, execução de planejamento das aulas junto com o docente, confecção de recursos para as especificidades do discente que serão discutidos nas próximas subcategorias. A segunda subcategoria que contempla os atendimentos no AEE para os autistas

5.2 NÚMEROS DE ALUNOS COM AUTISMO QUE VOCÊ REALIZA ATENDIMENTOS

Em análise aos números de alunos com autismo que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado fazem acompanhamento os mesmos responderam: “**Profissional P1:** 8 ou mais alunos; **Profissional P2:** 5 a 7 alunos; **Profissional P3:** 8 ou mais alunos” (QUESTIONÁRIOS PROFISSIONAIS DO AEE, 2023). Consoante aos dados, dois profissionais do AEE das escolas públicas do município de Valença do Piauí responderam 8 ou mais alunos autistas, enquanto um respondeu 5 a 7 alunos com TEA

Gráfico 12- Atendimentos direcionados aos discentes com autismo



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nesse contexto, a necessidade das escolas conhecerem a quantidade de alunos com autismo dentro do âmbito escolar é de suma relevância para ser traçado intervenções inclusivas como exemplo levar o educando para o devido acompanhamento com os profissionais do AEE. Pois o atendimento especializado promove avanços na educação dos discentes com especificidades oportunizando assim autonomia, autoconhecimento e ampliação de suas habilidades (GARCIA et al., 2012).

Nas escolas públicas do município de Valença do Piauí conforme os resultados, o índice de atendimentos no AEE se torna elevados para o público autista, por conseguinte cabe os professores da Educação Especial buscar a melhor forma de acompanhamento que propicie a inclusão do educando.

A terceira subcategoria que contempla a pesquisa é destinada se as escolas públicas do município de Valença do Piauí solicita uma comprovação legal referente ao diagnóstico do discente com autismo.

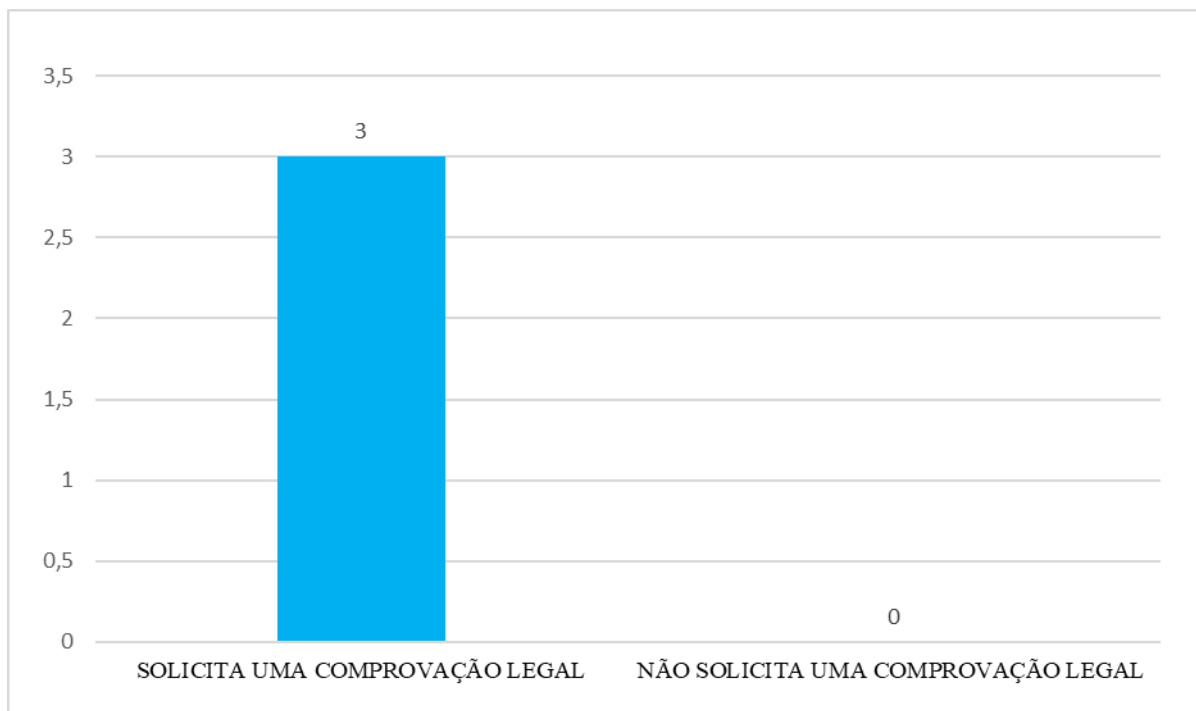
5.3 A ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA SOLICITA ALGUMA COMPROVAÇÃO LEGAL DE QUE O ALUNO POSSUI UMA ESPECIFICIDADE COMO EXEMPLO O CASO DO AUTISMO

Em concordância com as respostas dos profissionais do AEE referente a comprovação legal, os mesmos responderam:

Profissional P1: Sim, eles possuem laudos e fazem atendimentos psicológicos (laudos ou pré laudos); **Profissional P2:** Sim. A escola solicita o laudo do aluno; **Profissional P3:** Sim. É requerido o laudo médico ou parecer psicopedagógico (QUESTIONÁRIOS PROFISSIONAIS DO AEE, 2023).

Em análise as respostas dos docentes do Atendimento Educacional Especializado, todos os profissionais responderam que o aluno quando é encaminhado para a sala de recursos multifuncionais é requerido um laudo com a devida comprovação médica ou por meio de psicólogos sobre a sua especificidade.

Gráfico 13- Comprovação legal do aluno autista



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Desse modo, é importante as escolas solicitarem a comprovação através do laudo médico dos discentes para que tenham o acesso assegurado ao ensino de qualidade na sala de recursos multifuncionais, pois quando o educando não tem o seu devido diagnóstico barreiras no seu processo educativo podem ser encontrados. O diagnóstico e a sua nomeação, desencadeia positivamente um alívio para a comunidade escolar e familiar dos educandos, pois os mesmos passam a conhecer melhor as formas de intervenções que auxiliem na evolução do aluno (SILVEIRA et al., 2020).

Nas escolas públicas do município de Valença do Piauí que realizam atendimentos na sala de recursos multifuncionais é perceptível que ocorre a comprovação legal do diagnóstico dos discentes da Educação Especial, no qual se torna um fator importante para os profissionais saberem como trabalhar com esse público-alvo, desenvolvendo assim suas habilidades.

A quarta subcategoria que contempla a pesquisa está relacionada a ajuda dos profissionais do AEE em relação ao planejamento dos professores de ciências naturais para os educandos com autismo.

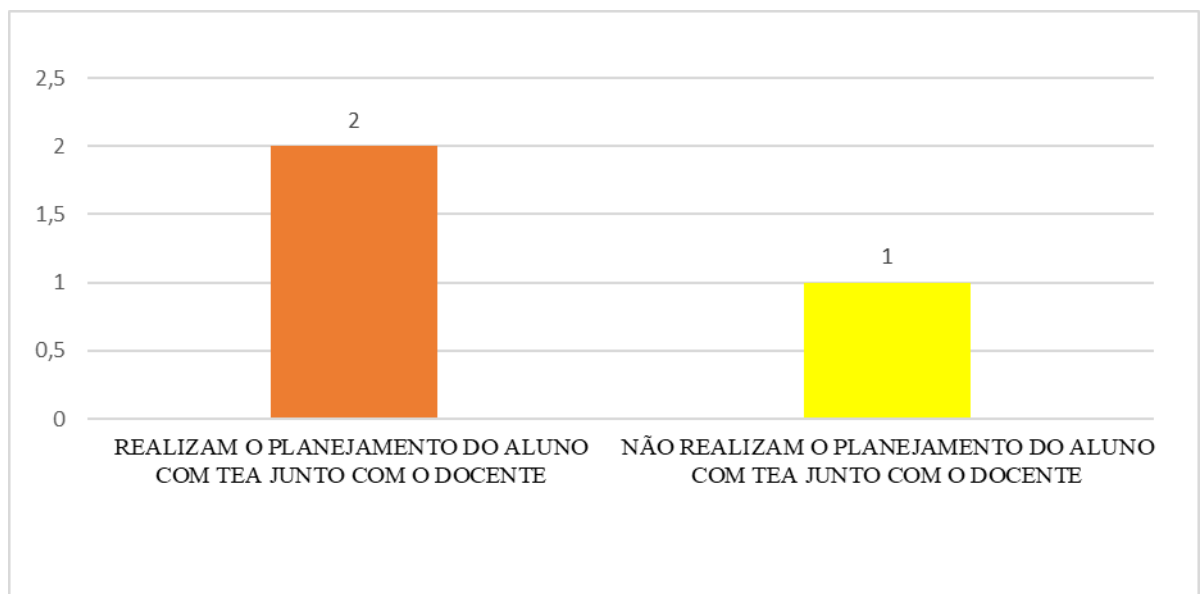
5.4 VOCÊ COMO PROFISSIONAL DO AEE AJUDA O PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS NA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS AULAS PARA OS DISCENTES COM AUTISMO

No que tange as respostas dos profissionais do AEE em relação ao planejamento escolar, os mesmos responderam:

Profissional P1: Sim. Os docentes demonstram preocupação quando eles fazem atividades geralmente é encaminhado para o AEE, para o desenvolvimento do planejamento pedagógico, cerca de 92% dos professores demonstram essa preocupação; **Profissional P2:** Sim. Estabelece uma articulação com os professores da sala regular visando um melhor desenvolvimento para os educandos; **Profissional P3:** Não. Infelizmente há uma grande rejeição por parte dos professores da sala regular em trabalhar conjuntamente com o professor do AEE, porém quando vejo alguma dificuldade do aluno, busco sempre ajudar o professor na adaptação de atividades. O AEE não é reforço (QUESTIONÁRIOS PROFISSIONAIS DO AEE, 2023).

Diante das respostas dos profissionais do AEE, dois realizam com os docentes de ciências naturais da sala de ensino regular o planejamento das aulas que ampare a Educação Especial, especificamente para os alunos com autismo. No entanto, um profissional do Atendimento Educacional Especializado relatou que não costuma desenvolver o planejamento junto com os docentes, pois ocorre uma rejeição por parte dos professores. O mesmo ressalta, que diante do aluno com especificidade busca sempre desenvolver atividades que favoreça a seu ensino.

Gráfico 14- Ajuda do AEE no planejamento escolar do discente com TEA



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Desse modo, o AEE atrelado ao planejamento escolar dos professores de ciências naturais se torna importante para o desenvolvimento dos alunos da Educação Especial. Pois a sua colaboração influencia de forma positiva nos avanços educativos do discente diante da sua realidade, programando assim meios de intervenções educacionais (SANTOS, 2019).

No município de Valença do Piauí conforme os resultados obtidos, é possível identificar que os profissionais do AEE buscam ajudar os docentes de ciências naturais no planejamento do educando. Entretanto, as atividades planejadas não devem ser apenas aplicadas de forma teórica e sim buscar vincular a prática para os mesmos aprender colocando a “*mão na massa*”. É válido mencionar, que a cooperação e trabalho em equipe entre os docentes e os profissionais do AEE é a chave para o avanço e a inclusão do aluno no seu ambiente escolar.

A quinta subcategoria que contempla a pesquisa está associado se o profissional do AEE confecciona recursos lúdicos para proporcionar a aprendizagem do aluno autista juntamente com a ajuda do professor de ciências naturais das escolas públicas do município de Valença do Piauí.

5.5 VOCÊ CONFECCIONA ALGUM TIPO DE RECURSO PARA TRABALHAR AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS COM AUTISMO? SE SIM, TEM AJUDA DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS NESSE PROCESSO DE CRIAÇÃO

Diante das respostas supracitadas dos profissionais do AEE referente as confecções de recursos para trabalhar com os discentes autistas em parceria com os professores de ciências naturais, os mesmos responderam:

Profissional P1: Sim. Pegamos o planejamento do professor, e é trabalhado as atividades e modelos lúdicos. Os professores da escola participa desse processo de desenvolvimento; **Profissional P2:** Sim. Os materiais são confeccionados pelo professor da sala de AEE em conjunto com os professores de ciências; **Profissional P3:** Sim. Confecciono para a sala de recursos e deixo disponibilizado para os professores, mas eles não utilizam o material construído (QUESTIONÁRIOS PROFISSIONAIS DO AEE, 2023).

Mediante as respostas tabuladas, todos os profissionais do AEE produzem recursos didáticos para trabalhar as especificidades do educando com TEA. Entretanto, apenas duas escolas os professores de ciências participam do desenvolvimento do material, enquanto uma

os profissionais da Educação Especial não recebem a ajuda dos docentes e os próprios não utilizam o material construído em suas aulas.

Nesse contexto, é fundamental os professores de ciências naturais conjuntamente com os profissionais do AEE explorar o desenvolvimento de atividades lúdicas e criativas que favoreça uma educação significativa no aluno, pois em sala de aula o aprender brincando e confeccionando instrumentos de estudos beneficia o pleno progresso cognitivo, cultural e social dos discentes com TEA (OLIVEIRA et al., 2019).

Dessa maneira, no município de Valença do Piauí é notório que ocorre uma cooperação dos profissionais do AEE e dos docentes de ciências em trazer recursos para sala de aula que minimize os impactos educacionais nos educandos com autismo, porém é necessário um vínculo ainda maior dos mesmos para manter o aluno autista integrado no âmbito escolar diante de suas particularidades.

A sexta subcategoria que contempla a pesquisa está ligado a percepção dos profissionais da Educação Especial sobre a estruturação escolar e da sala de recursos multifuncionais que atendem os discentes com autismo e outras individualidades.

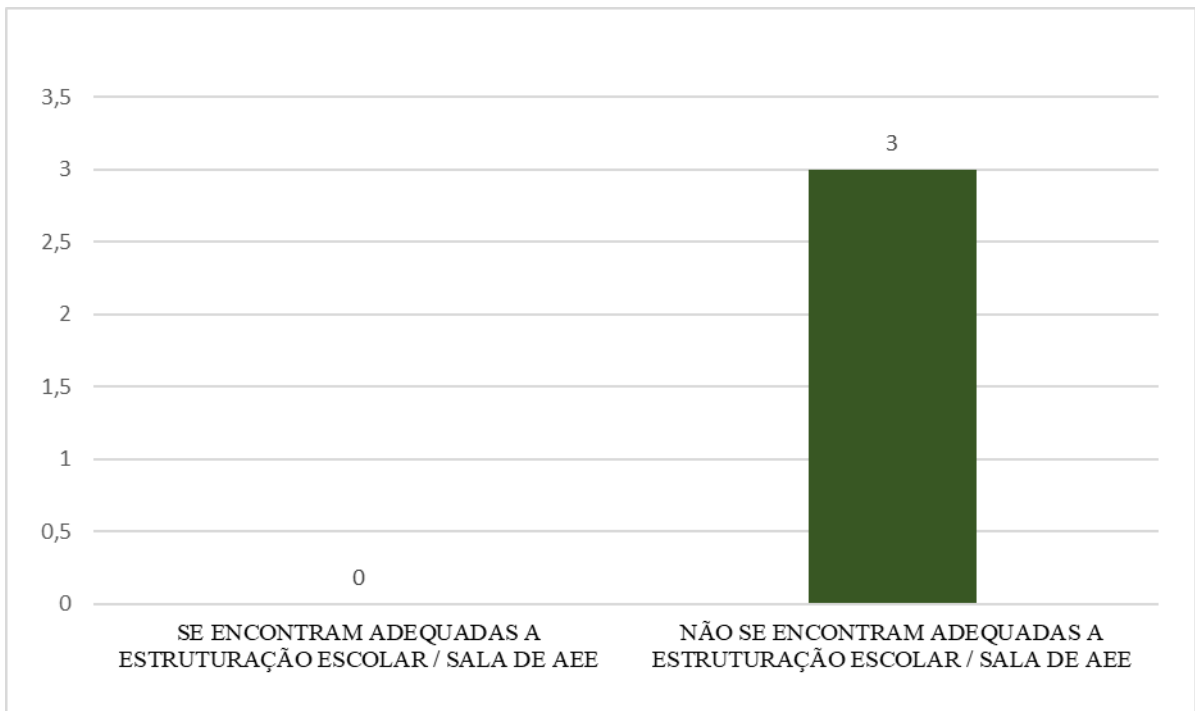
5.6 A ESCOLA E A SALA DE ATENDIMENTO DOS ALUNOS COM ESPECIFICIDADES SE ENCONTRAM ADEQUADAMENTE BEM ESTRUTURADAS PARA RECEBÊ-LOS

Perante as respostas dos profissionais do AEE em relação a estruturação escolar, os mesmos responderam:

Profissional P1: Não. Nem tudo apenas 40% a acessibilidade de recursos, a gestão escolar ajuda bastante enviando cuidadores, as salas não se encontram superlotadas, a gestão está de parabéns; **Profissional P2:** Não. A sala de atendimento possui um ambiente físico razoável, materiais didáticos adequados e recursos pedagógicos apropriados, mas a sala ainda deixa um pouco a desejar com relação a equipamentos específicos de acessibilidade; **Profissional P3:** Não. Temos alguns recursos pedagógicos confeccionados, vejo que se faz necessário adquirir matérias de tecnologias assistivas (QUESTIONÁRIOS PROFISSIONAIS DO AEE, 2023).

Por conseguinte, os três profissionais do AEE perante as suas percepções menciona que as escolas e as salas de atendimentos para os alunos com especificidades das redes públicas do município de Valença do Piauí não se encontram bem estruturadas para amparar esse público-alvo, porém as escolas fornecem o básico para os discentes

Gráfico 15- Estruturação escolar / Sala de atendimento aos discentes do AEE



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nesse sentido, a importância de uma boa estruturação física no ambiente escolar para os alunos com autismo é essencial, pois mediante as suas individualidades todos os recursos devem promover a acessibilidade dos educandos. Assim, o processo inclusivo dos alunos precisam ser aspectos inquestionáveis e ilimitado mediante as suas individualidades cognitivas afetivas e sociais (ROSA et al., 2022).

Em vista disso, as escolas públicas do município de Valença do Piauí, conforme as respostas dos profissionais do AEE carecem de um melhoramento nos aspectos estruturais e isso pode ser influenciado por conta de ambos os fatores como exemplo a falta de políticas públicas, conformidades socioeconômicas e gestão escolar.

6 CRIAÇÃO DE UM RECURSO PEDAGÓGICO PARA PROFESSORES DE ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO DOS DISCENTES COM TEA

A criação do recurso pedagógico foi desenvolvido nas escolas públicas do município de Valença do Piauí (U.E. João Calado; U.E. Jaime Lima Verde; U.E. Joaquim Manoel e U.E. Oto Martins Veloso) com os discentes autistas do ensino fundamental II. A atividade foi realizada através da ajuda dos professores de ciências naturais juntamente com os profissionais do AEE, no qual a sua finalidade foi realizar um modelo lúdico produzido pelos educandos autistas referente a temática sobre citologia, que favoreça a inclusão do aluno com TEA no ensino de ciências, especificamente sobre as células eucariontes.

Em seu processo de confecção foram utilizados materiais de baixo custo e de texturas diferentes como: 7 caixas de massinha de modelar, 4 tesouras, 2 réguas, 4 folhas de EVA (verde, vermelho, amarelo e branco), 4 bolas de isopor, 6 caixas de tintas guaches, 3 folhas A4, 3 pincéis e 3 marcadores (conforme figuras 1).

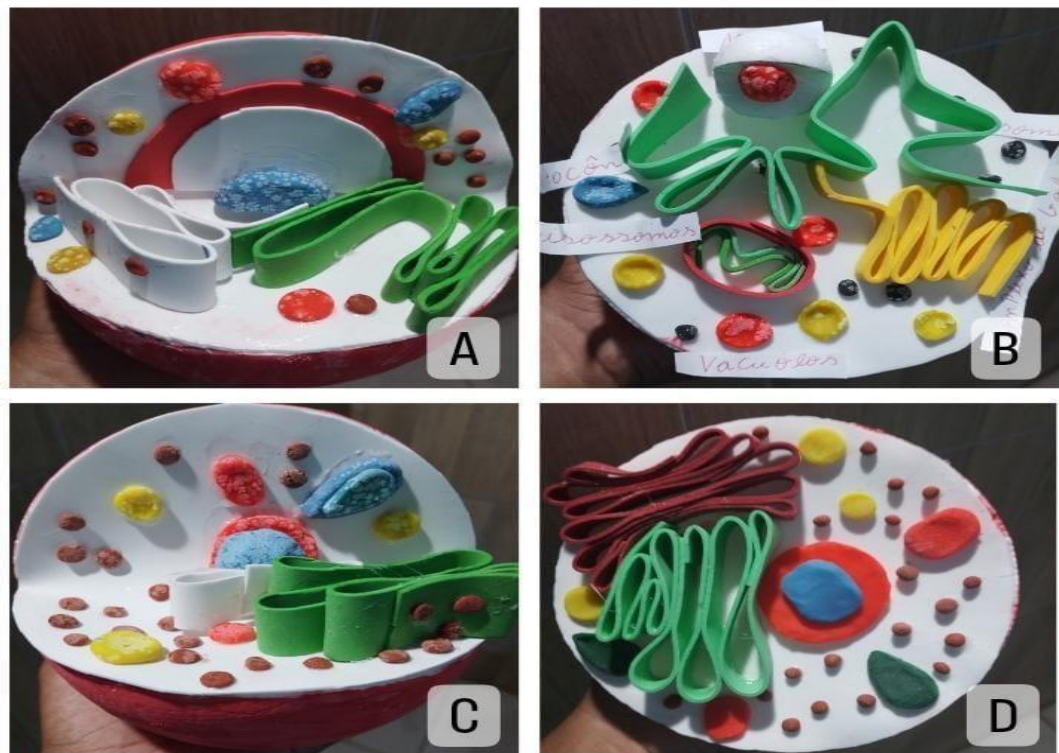
Figura 1- Confecção dos Modelos lúdicos: Células eucariontes desenvolvidas por estudantes autistas das escolas públicas do município de Valença do Piauí



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao longo da atividade o responsável pela pesquisa, explicou as funções de cada organela presente: membrana plasmática, complexo de golgiense, ribossomo, citoplasma, lisossomo, mitocôndria, nucléolo, núcleo, centríolos e microtúbulos. Durante o processo de confecção, cada organela era explicada de forma lúdica, para que os discentes compreendessem o conteúdo com mais facilidade.

Figura 2- Modelos lúdicos: Células eucariontes desenvolvidas por estudantes autistas das escolas públicas do município de Valença do Piauí



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com a finalização do modelo lúdico, notou-se que os educandos se sentiram animados e entusiasmados com a confecção da atividade, além de demonstrarem interesse nos assuntos que estava sendo trabalhado na aula. Por se tratar de alunos autistas, muitos tiveram facilidade em confeccionar as organelas com os materiais da prática, porém houve aqueles que não tiveram o seu desempenho no mesmo nível que os outros discentes, mas com a ajuda dos professores e profissionais do AEE os mesmos conseguiram terminar com eficácia a atividade.

Desse modo, no âmbito escolar perfis de alunos são distintos um dos outros e dentro de sala de aula os docentes terão que por vezes modificar a forma de ministrar o conteúdo

para incluir todos os públicos presentes.

Com a realização de tal prática, pode-se notar que é esse tipo de atividade tende a influenciar no aprendizado dos educandos. Trabalhar os modelos lúdicos no estudo da citologia é fundamenta, pois um dos grandes problemas enfrentados na prática docente da área de ciências da natureza é associar a teoria trabalhada em sala de aula com a prática de maneira que facilite a compreensão dos discentes, pois a criação de modelos coloridos e de alto relevo corroboram significativamente na inclusão do aluno com TEA (MORAIS et al., 2017)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa sobre a temática “As práticas inclusivas no ensino de ciências naturais para alunos com autismo do ensino fundamental II em escolas públicas do município de Valença do Piauí” conforme as tabulações dos dados, foi possível analisar que ocorre a participação em pequena parte dos professores na construção do Projeto Político Pedagógico nas escolas, onde a mesma não traz resultados significativos da prática docente em sua produção. No PPP o aluno com TEA é amparado na maioria das escolas públicas, entretanto as escolas carecem de uma inclusão que englobe todos, pois o aluno autista conforme o referencial teórico é assegurado por Leis a terem direitos diante das suas especificidades.

Foi possível identificar que os professores de ciências naturais no ensino do aluno com TEA trabalham as capacidades cognitivas e afetivas em suas ações pedagógicas, contudo os docentes não apresentam formações e capacitações para trabalhar com esse público-alvo e isso pode acarretar impasses no ensino do discente autista, no qual professores mais capacitados tendem a ter uma maior segurança e domínio em sua prática docente.

Contudo, conhecer a percepção dos professores de ciências naturais no seu processo de capacitação para promover uma educação inclusiva, foi de extrema relevância para identificar que a maioria dos professores das redes públicas necessitam de uma qualificação que favoreça a integração do aluno autista e de outras individualidades em suas aulas, colaborando assim com possíveis intervenções para a evolução do educando.

Assim, com a proposta da criação de um recurso pedagógico para professores de discentes com autismo sobre a temática de citologia, foi significativo para trazer o conteúdo

para os alunos de uma forma atrativa e lúdica, viabilizando assim o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e estratégias básicas.

Espera-se que esta pesquisa, possa contribuir nesse direcionamento, de refletir sobre a inclusão do aluno com TEA e as possibilidades de traçar práticas adaptativas no ensino de ciências, levando em consideração as condições concretas de objetivação desse ensino e aprendizagem. Podendo posteriormente ser instrumento de intervenção e material de apoio as futuras pesquisas correlacionadas a temática no município de Valença do Piauí e da região Valenciana mediante aos dados levantados e analisados.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. et al. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. Porto Alegre, **Artmed**, 2002.

BASTOS, A. et al. Educação inclusiva e o ensino de ciências: um estudo sobre as proposições da área. **Revista de Pesquisa em Necessidades Educacionais**. v.16, n.1, p.426-429, 2016.

BENITE, A.; BENITE, C. RIBEIRO, E. Educação inclusiva, ensino de ciências e linguagem científica: possíveis relações. **Revista educação especial**, Santa Maria, v.28, n.51, p.81-90, 2015.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Terceiro e quarto do ensino fundamental. Brasília, MECSEF, 1998.

BRASIL. [Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar.2023.

BRASIL. [Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 mai.2023

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Altera, atualiza e institui a Política Nacional de proteção dos Direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 4 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/SEB, 2018. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 mai. 2023.

COSTA, F. **Práticas Pedagógicas inclusivas na educação infantil: Atividades lúdicas envolvendo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Unesp, Bauru, p.01-121, 2015.

COSTA, S. **A importância do atendimento educacional especializado – AEE para a educação especial**. Repositório UFRN, Natal, p. 01-21, 2016.

CUNHA, I. et al. **O autismo no Brasil: No processo histórico, inclusivo e terapêutico**. Editora Pantanal, Mato Grosso, p.29-39, 2021.

FERREIRA, R. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil: O desafio da formação de professores**. Belo Horizonte, p. 01-161, 2017.

FICAGNA, R. **O Projeto Político-Pedagógico e sua importância em uma gestão democrática**, Manancial-UFSM, Constatina, 2009.

GARCIA, A. et al. **Atendimento Educacional Especializado**, Curso avanço, Rio de Janeiro, p. 01- 06, 2012.

GOMES, T. et al. As estratégias didáticas com alunos autistas: as experiências de professores de ciências e especialistas em educação especial. **Revista de ensino de ciências e matemática [RENCIMA]**, São Paulo, v.12, n. 4, p. 1-18, 2021.

HAMMOND, L. A importância da formação docente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.4, n.2, p.230-247, 2014.

JUSTINO, A. et al. Desenvolvimento da aprendizagem de crianças com autismo através da ludicidade. **Revista Eletrônica FEOL – REFEOL**, Minas gerais, v.1, n.17, p. 178-196, 2021.

LEONARDO, N. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, Maringá, v.12, p.431- 440, 2008.

MAGALHÃES, C. et al. Práticas inclusivas de alunos com TEA: Principais dificuldades na voz do processo e mediador. **Revista de política e gestão educacional**, v.21, n.esp.2, p.1031-1047, 2017.

MARFINATI, A. C. et al. Um percurso pela psiquiatria infantil: Dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos clin**, São Paulo, v. 19, n. 2, mai./ago., p.244-262,2014.

MARINHO, A. M, MERKLE, V L B. **Um olhar sobre o Autismo e sua especificação**. PUCPR, 29 de outubro de 2009.

MENDES, M. A importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças autistas. **Universidade de Brasília - UnB/UAB**, Brasília, p.01-54, 2015.

MORAIS, G et al. A importância do uso de modelos didáticos no ensino de citologia. IV Congresso Nacional de Educação, **Editora Realize**, Rio Grande do Norte, p.01-06, 2017.

NOZI, G. et al. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista. Educ. Espc**, Santa Maria, v.25, n.43, p.333-348, 2012.

NUNES, D. et al. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.26, n.47, p. 557-572, 2013.

SANTOS, L. Planejamento da ação didática na Educação Especial: compreensões necessárias na elaboração do plano de AEE.**UNITAU**, Taubaté/ SP- Brasil, v.12, n.1, edição 23, p.98-113, 2019.

SILVA, C. et al. Metodologias, Práticas e inovação na educação contemporânea. **Editora e-Publicar**, Rio de Janeiro, v. 02, p. 01-398, 2021.

SILVEIRA, H. et al. Diálogos possíveis sobre o processo de inclusão: promovendo espaços de fala. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de fora, v.22, n. 3, p.574-588, 2020.

SOUSA, P. et al. **Caracterização da síndrome autista**. Psicologia. com.pt, Coimbra, p.03, 2004.

ANEXO

A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do projeto de pesquisa de TCC-II intitulada: As práticas inclusivas no ensino de ciências naturais para alunos com autismo do ensino fundamental II em escolas públicas do município de Valença do Piauí. Pesquisador responsável: Professora especialista Lucivânia Leite Rodrigues, juntamente com Eduardo Araújo dos Santos – Aluno de graduação do Instituto Federal do Piauí Campus Valença. E-mail: frazae27@gmail.com Orientadora: Prof. Especialista Lucivânia Leite Rodrigues – IFPI Campus Valença – lucivania.leite.@ifpi.edu.br

Esta pesquisa segue rigorosamente todas as exigências da Resolução 466/12 do Conselho nacional de Saúde. E o motivo que nos leva a estudar o tema é a necessidade de conhecer como a educação especial está sendo trabalhada em escolas públicas do município de Valença do Piauí, de acordo com as necessidades e individualidades dos educandos com autismo (TEA) .

O procedimento de coleta de dados será por meio de um questionário semiestruturado, no qual serão estipulados 10 questões onde estará interligados em variáveis dependentes qualitativa ordinal e quantitativa discreta, a forma de abordagem será através de entrevista e utilização da técnica de abordagem *rapport* que fornece uma aproximação mais efetiva do pesquisador com o entrevistado.

OBJETIVOS DA PESQUISA:

Objetivo Primário:

- Investigar as ações pedagógicas dos professores de ciências naturais do ensino fundamental II do município de Valença do Piauí, e as possíveis dificuldades do aluno com autismo no processo de aprendizagem.

Objetivos secundários:

- Analisar a participação dos professores na construção do Projeto Político Pedagógico nas escolas públicas do município de Valença do Piauí e como este documento ampara o aluno com TEA;

- Investigar como os professores de ciências naturais trabalham as capacidades cognitivas e afetivas do aluno com autismo em suas ações pedagógicas, de acordo com as suas peculiaridades e dificuldades no ensino e aprendizagem;
- Conhecer a percepção dos professores de ciências naturais no seu processo de capacitação para promover uma educação inclusiva e de eficiência para alunos com autismo;
- Propor a criação de um recurso pedagógico para professores de alunos com autismo que possibilite o ensino de habilidades e estratégias básicas.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Pode haver desconforto e risco mínimo com a pesquisa e preenchimento das repostas. Reforça-se aqui, que se trata de uma pesquisa diagnóstica e investigativa, não havendo a intensão ou possibilidade de violação do sigilo para a autoria das respostas. Como medida preventiva, solicitamos que não assinem ou façam qualquer marca que possa identificá-lo. Os benefícios esperados da pesquisa é contribuir na amplificação de reflexões sobre a importância de práticas inclusivas no ambiente escolar, para um melhor ensino dos professores associado ao público com transtorno do espectro autista.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA:

As respostas após a execução do diagnóstico investigativo serão produzidos gráficos e tabelas que expressem os resultados obtidos. Todo o processo será acompanhado pelo pesquisador e orientador desta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

Conforme exigências da Resolução 466/12 do Conselho nacional de Saúde, você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Sinta-se livre para recusar-se participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão utilizados para a elaboração de um artigo de conclusão de curso, do curso de Licenciatura em Ciências biológicas – IFPI Campus Valença do Piauí. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não

será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado ficará com o responsável pela pesquisa (Professora especialista Lucivania Leite Rodrigues) e outra lhe será fornecida.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa reportasse EXCLUSIVAMENTE a coordenação do curso de Licenciatura em Ciências biológicas – IFPI Campus Valença.

Quaisquer dúvidas e esclarecimentos entre com contato o orientador responsável,

Orientador Responsável:

Professora Especialista Lucivania Leite Soares// Discente: Eduardo Araújo dos Santos

Graduando em Ciências biológicas-IFPI Campus Valença.

Endereço: Avenida Joaquim Emanuel, S/N, Novo Horizonte, Valença do Piauí (PI)

IFPI Campus Valença do Piauí – CEP: 64.300-000 – Valença – Piauí

Telefone: (89) 99910-7398

E-mail: frazae27@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: Rua Cícero Duarte, Nº 905

Bairro Junco - CEP: 64.607.670

Telefone: (89) 3422-3003

E-mail: cep-picos@ufpi.edu.br

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE

“Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato, rubrico e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Nome

Assinatura do Participante

Data

Nome

Assinatura do Pesquisador

Data

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA CORPO DOCENTE

1. Dados pessoais:

- 1.1 Nome Completo: _____
- 1.2 Nome Fictício: _____
- 1.3 E-mail: _____
- 1.4 Telefone () _____
- 1.5 Disciplina que Ministra: _____

Questionário:

- 1- Qual a sua formação específica e graus acadêmicos (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado)?

- 2- Números de alunos com Autismo que você ministra aula:

- a) () 1 a 2 alunos
- b) () 2 a 4 alunos
- c) () 4 a 5 alunos
- d) () 5 a 7 alunos
- e) () 8 ou mais alunos
- f) () Nenhum aluno

- 3- Você como profissional da educação costuma desenvolver práticas adaptativas no ensino de ciências naturais que facilite a ampliação das habilidades cognitivas e afetivas do aluno com autismo? Se sim, quais medidas são tomadas para proporcionar um atendimento e inclusão do aluno com TEA?

4- Você possui ajuda de um professor auxiliar, ou o aluno com TEA é acompanhado de um cuidador na sala de aula? Como acontece?

5- Como profissional da educação que trabalha com alunos autistas, você se sente capacitado (a) para promover uma educação inclusiva e de eficiência para esse público-alvo? Se não, quais são os seus principais desafios?

6- Você como docente de ciências naturais percebe se os alunos com TEA sentem dificuldades na resolução de atividades práticas e extracurriculares não adaptadas? Quais?

7- Você acredita que as atividades inclusivas influenciam no processo de ensino-aprendizagem da criança com TEA ?

8- Como docente de ciências naturais do ensino fundamental II de Valença do Piauí, você acredita que as escolas públicas que você ministra aula se encontram adequadas estruturalmente e profissionalmente para fornecer um ensino eficiente para esse público-alvo (Autistas)? Se não, o que necessita ser reestruturado?

9- Você participou da construção do projeto político pedagógico (PPP) da escola?

10- Como o projeto político pedagógico (PPP) da escola versa acerca da inclusão do alunocom TEA?

11- A escola possui sala de recursos multifuncionais? O aluno matriculado na sala regularestá matriculado no AEE? Ele frequenta o AEE?

12- Você possui alguma especialização, pós-graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado na área das ciências que contemple o ensino de alunos com TEA?

13- A escola que você ministra aula oferta recursos pedagógicos que facilite o ensino dehabilidades e estratégias básicas para o aluno com autismo?

**APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

1. Dados pessoais:

1.1 Nome Completo:_____

1.2 Nome Fictício:_____

1.3 E-mail:_____

1.4 Telefone ()_____

1.5 Escola de Atendimento:_____

Questionário:

1- Qual a sua formação específica e graus acadêmicos (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado)?

2- Números de alunos com Autismo que você faz atendimentos:

- a) () 1 a 2 alunos
- b) () 2 a 4 alunos
- c) () 4 a 5 alunos
- d) () 5 a 7 alunos
- e) () 8 ou mais alunos
- f) () Nenhum aluno

3- A escola que você trabalha solicita alguma comprovação legal de que o aluno possui uma especificidade como exemplo o caso do autismo?

4- Você como profissional do AEE ajuda o professor de ciências naturais na execução do planejamento das aulas para os discentes com autismo?

5- Você confecciona algum tipo de recurso para trabalhar as especificidades dos alunos com autismo? Se sim, você tem ajuda do professor de ciências naturais nesse processo de criação?

6- Para você a escola e a sala de atendimento dos alunos com especificidades se encontram adequadamente bem estruturadas para recebê-los ? Se não, quais são os principais agentes de mudança?
